



IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 92.791.243/0001-03

NIRE 43300002799

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E ANEXOS DA INSTRUÇÃO CVM N.º 481/2009

Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2021

Porto Alegre, 29 de março de 2021.



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 03 |
| 2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS | 04 |
| 3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO | 08 |
| I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020 | 08 |
| II - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2020, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia | 63 |
| III - Deliberação sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração | 69 |
| IV - Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração | 70 |
| V - Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2021 | 78 |

1. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia") vem apresentar a seguir informações acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2021, às 09 horas, de modo **exclusivamente digital**, em função do atual momento de pandemia de COVID-19, nos termos do disposto na Instrução CVM n.º 481/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração e Manual de Participação ("Proposta"), em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Serão deliberadas na AGO as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020;
- II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2020, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III. Deliberação sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;
- IV. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração; e
- V. Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2021.

A proposta da Administração sobre os itens da AGO, bem como as informações sobre cada uma das matérias, estão detalhadas no item 3 desta Proposta.

Além das informações contidas nesta Proposta, V.Sas. poderão sanar eventuais dúvidas em relação à matéria em pauta por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através do e-mail ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071), a qual, desde já, encontra-se à vossa disposição para atendê-los prontamente.

Porto Alegre, RS, 29 de março de 2021.

A Administração
Irani Papel e Embalagem S.A.

*_*_*

2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

Tendo em vista os impactos decorrentes do novo coronavírus (COVID-19), e as respectivas medidas protetivas recomendadas pelas autoridades sanitárias competentes, em especial as restrições de deslocamentos e aglomeração de pessoas, a AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom.

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia no dia da realização da AGO, por si ou por representantes legais.

Para assegurar a autenticidade dos acionistas que participarão da AGO através da plataforma digital Zoom, e visando a segurança da AGO, os acionistas deverão credenciar-se previamente, nos termos a seguir expostos, até às **17h do dia 26 de abril de 2021 (inclusive)** ("Acionistas Credenciados"). O acesso à AGO por meio da plataforma digital Zoom será restrito aos Acionistas Credenciados.

Para participar da AGO, que será exclusivamente realizada pela plataforma digital Zoom e em tempo real, os acionistas interessados deverão entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail assembleia@irani.com.br para o envio das informações e dos documentos de representação necessários, quais sejam:

Informar:

a.1. se está representando algum acionista, incluindo no próprio corpo do e-mail, o nome/razão social e CPF/CNPJ do(s) Acionista(s) que representará;

Para Pessoas Físicas:

b.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

c.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso;

c.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

d.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;

d.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o acionista se faça representar por procurador (acionista ou administrador da companhia ou, ainda, advogado), além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, emitida em prazo inferior a um ano contado da data da AGO, nos termos do §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais

documentos através do e-mail acima mencionado quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Os convites individuais para admissão e participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei nº 6.404/1976. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização.

Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o convite individual para participação na AGO até às 15hs do dia 27 de abril de 2021, referido acionista deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail assembleia@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071) até às 17hs do dia 27 de abril de 2021 para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

Para assegurar a autenticidade e a segurança e, ainda, garantir o registro de presença dos Acionistas Credenciados e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave, a Companhia informa que a AGO será integralmente gravada.

Ressalta-se que, tanto os Acionistas que optaram por votar por meio do boletim de voto a distância (conforme abaixo especificado), quanto os Acionistas que optarem por participar da AGO através da plataforma digital Zoom, serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista Credenciado venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista Credenciado na AGO por meio da plataforma digital Zoom.

A Companhia recomenda que os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, por vídeo e áudio e também realizem o cadastro completo na plataforma tão logo recebam o link, pois o mesmo ainda será validado pela Companhia. Além da possibilidade de assistir pelo computador, a plataforma eletrônica Zoom também está disponível via app para celulares Apple e Android, sendo necessário realizar o prévio download do aplicativo. A Companhia recomenda que o download do aplicativo seja realizado com devida antecedência à realização da AGO, bem como que aqueles que o utilizarem se familiarizem previamente com suas funcionalidades.

A Companhia solicita que, no dia da AGO, os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Zoom com, no mínimo, 60 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da AGO.

Boletim de Voto a Distância

Alternativamente à participação por meio da plataforma Zoom, o acionista poderá participar da AGO por meio do envio do boletim de voto a distância. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância deverá: (i) preencher o boletim de voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Banco Escriturador; ou, (iii) transmitir as instruções de voto ao Agente de Custódia.



Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, o acionista deverá encaminhar aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@irani.com.br, cópias simples dos documentos indicados abaixo, até **21 de abril de 2021 (inclusive)**.

Os documentos a serem encaminhados são os seguintes:

- i. via física original do boletim relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- ii. os demais documentos listados abaixo:

Para Pessoas Físicas:

- a.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

- b.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso;
- b.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

- c.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;
- c.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o boletim de voto a distância seja assinado por procurador, além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do e-mail acima mencionado quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço de e-mail informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias corridos contados do seu recebimento, sobre a validade do boletim de voto a distância e dos documentos que o acompanham. A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou dos documentos que o acompanham. Entretanto, caso o acionista não preencha o boletim na íntegra, ou o boletim

contenha itens preenchidos incorretamente e o prazo de retificação/reenvio acima mencionado já tenha se esgotado, serão computados pela Companhia os quesitos para os quais o preenchimento no boletim foi feito de forma correta e rejeitados itens específicos que apresentaram problemas no preenchimento. Serão desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) fora dos prazos previstos.

Conforme facultado pelo artigo 21-B da Instrução CVM 481, os acionistas da Companhia podem enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam enviadas no prazo de até **21 de abril de 2020 (inclusive)**. Referidos prestadores de serviço estão autorizados, nos termos da regulamentação vigente, a recusar instruções de voto enviadas por acionistas cujo cadastro esteja desatualizado.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou por intermédio do escriturador da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A. O agente de custódia e o Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia no momento de realização da assembleia geral, após o recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

O Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, receberá o boletim dos acionistas da Companhia. Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices>.

Ambos, agente de custódia e escriturador, comunicarão diretamente aos acionistas que os utilizarem o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Vale ressaltar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.

O acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância poderá também, se assim desejar, cadastrar-se para participar da AGO por meio da plataforma eletrônica anteriormente referida, desde que o faça na forma e no prazo descritos nesta Proposta, hipótese em que tal acionista poderá: (i) acompanhar virtualmente a AGO; ou (ii) participar e votar na AGO, situação em que todas as instruções de voto recebidas previamente por meio do boletim de voto a distância para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.



3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia submete à AGO as propostas a seguir descritas.

I. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2020

Informações disponibilizadas em cumprimento ao disposto no artigo 9º, incisos I, II e IV e parágrafo 1º, inciso I da Instrução CVM 481, referentes ao relatório da administração, cópia das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP) relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020 já divulgados no website da Companhia, da CVM e da B3 no dia 26.03.2021 e publicados nos jornais “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” de Porto Alegre, “Jornal do Comércio” de Porto Alegre e “Valor Econômico”, regional São Paulo

Informações disponibilizadas em cumprimento ao disposto no artigo 9º, inciso III da Instrução CVM 481, referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão a seguir.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 abaixo são derivadas das Demonstrações Financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Temos tomado medidas para minimizar o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas operações e principalmente nos colaboradores e seus familiares (vide item 10.9 abaixo). Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora a Administração entenda que a pandemia da COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes, não conseguimos prever tais efeitos no médio e longo prazo.

As informações constantes deste anexo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações e informações financeiras consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia" ou "Irani"), disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria Estatutária da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria Estatutária entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para cumprir com todas as suas obrigações de curto e longo prazo, gerindo suas estratégias financeiras e de negócio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da operação continuada da Companhia foi de R\$ 1.029.605 mil, representando um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 898.779 mil. O lucro líquido consolidado da Companhia, em 2020, foi de R\$ 92.761 mil, superior quando comparado ao prejuízo líquido do mesmo período de 2019, que foi de R\$ 79.592 mil. O resultado de 2020 teve como principais impactos o aumento da receita no período comparativo a 2019 e ao crescimento percentual da margem bruta. O EBITDA Ajustado de 2020 foi de R\$ 225.881 mil, apresentando crescimento de 5,3% quando comparado a R\$ 214.484 mil no mesmo período de 2019. Com isso, a margem do EBITDA Ajustado Total da Companhia foi de 21,9% em 2020, contra 25,4% no mesmo período de 2019. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total foi de 1,07 em dezembro de 2020, contra 3,40 vezes no final de 2019.

A melhora do indicador se deve à redução de 66,8% da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2020, 9,4% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 55.466 mil, conforme descrito no item 10.1 (f) abaixo, sendo que a soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras consolidados totalizavam R\$ 346.232 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida da operação continuada da Companhia foi de R\$ 898.779 mil, representando um crescimento de 12,5% em relação ao mesmo exercício de 2018, que foi de R\$ 799.159 mil. O prejuízo líquido consolidado da Companhia, em 2019, foi de R\$ 79.592 mil, superior quando comparado ao prejuízo líquido do mesmo período de 2018, que foi de R\$ 223 mil. O resultado líquido do exercício de 2019 teve impactos positivos e negativos. Como principais impactos positivos, podemos mencionar o aumento da receita no exercício, quando em comparação com o exercício de 2018 e o reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 143.157 mil e, como principais impactos negativos, podemos mencionar as despesas financeiras que foram impactadas principalmente pela realização do *hedge accounting* no resultado como variação cambial negativa no valor R\$ 164.683 mil e a provisão de *impairment* de operação descontinuada no valor de R\$ 54.856 mil. O EBITDA Ajustado Total de 2019 foi de R\$ 214.484 mil, apresentando redução de 3,5% quando comparado a R\$ 222.212 mil no exercício de 2018. Com isso, a margem do EBITDA Ajustado Total da Companhia foi de 22,3% em 2019, contra 23,8% no mesmo período de 2018. A Dívida bruta que era R\$ 824.966 mil em 2018, passou para R\$ 838.310 mil em 2019. Já a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total, que era de 3,12 no ano de 2018, passou para 3,40 vezes em 2019. A variação se deve pelo impacto positivo no exercício de 2018 do reconhecimento de venda de florestas através do Contrato de Compra e Venda de Florestas celebrado com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. Em 31 de Dezembro de 2019, 31,7% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 265.508 mil, conforme descrito no item 10.1 (f) abaixo, sendo que a soma de caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada consolidados totalizavam R\$ 109.987 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida da operação continuada da Companhia foi de R\$ 799.159 mil, representando um crescimento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2017, que foi de R\$ 701.586 mil. O prejuízo do exercício consolidado da Companhia, em 2018, foi de R\$ 223 mil, inferior quando comparado ao prejuízo do exercício do mesmo período de 2017, que foi de R\$ 106.006 mil. O prejuízo menor no exercício de 2018 teve como principais impactos positivos o aumento da receita em relação ao período comparativo a 2017 e pela melhor performance em custos e despesas. O EBITDA Ajustado Total foi de R\$ 222.212 mil, apresentando crescimento de 32,0% quando comparado a R\$ 168.372 mil no exercício de 2017. Com isso, a margem do EBITDA Ajustado Total da Companhia foi de 23,8% em 2018, contra 19,6% no mesmo período de 2017. A dívida líquida em 2017 era de R\$ 727.634 mil e diminuiu para R\$ 692.747 mil em 2018. Já a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado total, que era de 4,32 vezes no ano de 2017, passou para 3,12 vezes em 2018. A variação se deve especialmente pelo aumento do EBITDA no ano de 2018. Em 31 de Dezembro de 2018, 34,8% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 287.378 mil, conforme descrito no item 10.1 (f) abaixo, sendo que a soma de caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada consolidados totalizavam R\$ 132.219 mil.

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que um índice de alavancagem na casa das 2,5 vezes (medido por meio do índice Dívida Líquida /EBITDA Ajustado Total propicia uma estrutura de capital ideal, mantidos prazos médios de liquidação das dívidas em aproximadamente 30 meses e um saldo mínimo de caixa consolidado de aproximadamente R\$ 150.000 mil. Circunstancialmente, em fase de investimentos até 18 meses, é admitido um índice de alavancagem maior, até o limite de 3,5 vezes. O Conselho de Administração aprovou em 19 de agosto de 2020 a Política de Gestão Financeira, que define esses indicadores bem como a estrutura de capital que entende adequada.

A tabela a seguir mostra um resumo dos principais índices de alavancagem financeira da Companhia para os períodos indicados:

| \$ mil | Exercício Social 31 de dezembro de 2020 | Exercício Social 31 de dezembro de 2019 | Exercício Social 31 de dezembro de 2018 |
|--|--|--|--|
| Dívida Bruta (1) | 588.247 | 838.310 | 824.966 |
| Dívida Líquida (2) | 242.015 | 728.323 | 692.747 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício | 92.761 | (79.592) | (223) |
| EBITDA ajustado Total (3) | 225.881 | 214.484 | 222.212 |
| Dívida líquida / EBITDA Ajustado Total (4) | 1,07 | 3,40 | 3,12 |

(1) Dívida bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos mais debêntures.

(2) Dívida líquida é calculada diminuindo da dívida bruta as disponibilidades.

(3) EBITDA Ajustado Total: (i) pela variação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) pelo prejuízo das operações descontinuadas; (iii) (prejuízo) das operações descontinuadas, mais resultado financeiro – operação descontinuada, mais a depreciação, amortização e exaustão – operação descontinuada, mais *impairment* de ativos mantidos para venda – operação descontinuada, mais *impairment* de carteira de clientes – operação descontinuada, mais redução ao valor realizável líquido – operação descontinuada, mais provisões para desmobilização – operação descontinuada; (iv) por outros eventos que não são decorrentes das atividades operacionais da empresa no exercício em que foram reconhecidos, conforme abaixo:

(a) para o exercício social de 2018, o valor de R\$ 2.039 mil referente a venda de imóveis e terrenos(*), provisão/reversão perda de créditos a receber XKW Trading no valor de (R\$ 500 mil) e exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS no valor de (R\$ 7.833 mil), conforme nota explicativa nº 27 das Demonstrações financeiras do exercício de 2019;

(b) para o exercício social de 2019, venda de terras á Rio Negro(**) no valor de (R\$ 16.093 mil), a contingência na controlada Habitasul Florestal no valor de R\$ 4.000 mil e a ganho ação exclusão ICMS na base das contribuições de PIS e COFINS no valor de R\$ (R\$ 74.124 mil),

conforme nota explicativa nº 27 das Demonstrações financeiras do exercício de 2019;

(c) para o exercício social de 2020, a gratificação a administradores no valor de R\$ 10.085 mil, ganho ação exclusão ICMS na base das contribuições de PIS e COFINS no valor de R\$ (R\$ 9.352 mil), e *Impairment* de ativos de controladas no valor de R\$ 771 mil, conforme nota explicativa nº 27 das Demonstrações financeiras do exercício de 2020.

(4) Dívida líquida / EBITDA Ajustado Total é calculado dividindo a dívida líquida pelo EBITDA Ajustado Total.

b) estrutura de capital

| | 2020 | ah% | 2019 | ah% | 2018 |
|-------------------------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|
| Dívida Bruta | 588.247 | (29,8) | 838.310 | 1,6 | 824.966 |
| Disponibilidades (1) | (346.232) | 214,8 | (109.987) | (16,8) | (132.219) |
| Dívida líquida (2) | <u>242.015</u> | (66,8) | <u>728.323</u> | 5,1 | <u>692.747</u> |
| Patrimônio líquido | 786.160 | 133,6 | 336.491 | 9,5 | 307.394 |
| Índice de endividamento líquido (3) | 0,31 | | 2,16 | | 2,25 |
| % Capital de terceiros (4) | 23,5% | | 68,4% | | 69,3% |
| % Capital próprio (5) | 76,5% | | 31,6% | | 30,7% |

(1) Disponibilidades são calculadas pela soma de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras mais banco conta vinculada.

(2) Dívida líquida é calculada diminuindo da dívida bruta as disponibilidades.

(3) O índice de endividamento líquido é calculado dividindo a dívida líquida pelo Patrimônio líquido.

(4) % Capital de terceiros é calculado dividindo a dívida líquida pela soma da dívida líquida mais Patrimônio líquido.

(5) % Capital próprio é calculado dividindo o Patrimônio líquido pela soma da dívida líquida mais Patrimônio líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que seu fluxo de caixa operacional, incluindo suas disponibilidades de caixa e equivalentes e aplicações financeiras e saldos de Bancos conta vinculada, nos patamares apresentados, permitem os pagamentos dos compromissos da estrutura de dívida da Companhia assumida no curto e no longo prazo, inclusive com relação aos índices financeiros (*covenants*) previstos nos contratos firmados pela Companhia, a Companhia vem tomando todas as medidas que entende serem necessárias para minimizar ao máximo o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares. As operações industriais da Companhia estão em ritmo normal de produção e comercialização a Companhia tomou ações com objetivo de melhorar as condições de trabalho e auxiliar na qualidade de vida dos seus colaboradores, e também das comunidades em que vivem, dos quais podemos destacar: (i) doações de máscaras de proteção para todos os colaboradores; (ii) adequação de postos de trabalho para melhorar as condições de afastamento necessárias para as operações; (iii) adequação e melhoria nas dependências dos restaurantes das unidades industriais para atender as normas de proteção necessárias; (iv) para os trabalhadores em home office a Companhia está concedendo ajuda de custo para despesas pessoais com internet e energia elétrica, além de fornecer cadeira adequada para que os colaboradores exerçam suas atividades em suas casas.



A dívida bruta era de R\$ 824.966 mil em 2018, R\$ 838.310 mil em 2019 e R\$ 588.247 mil em 2020. Já como demonstrado no item 10.1(a) acima, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total apresentou variação, passando de 3,12 vezes em 31 de dezembro de 2018, 3,40 vezes em 31 de dezembro de 2019 e 1,07 vezes em 31 de dezembro de 2020. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total foi influenciada pelo aumento do EBITDA no ano de 2018 para 2017, pela redução do EBITDA no ano de 2019 para 2018 e em 2020 teve o aumento do EBITDA e também a diminuição da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo circulante a ser cumprido no exercício de 2021 correspondia a um valor de R\$ 277.356 mil enquanto o total do ativo circulante a receber consolidado representava R\$ 771.598 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o total do passivo circulante a ser cumprido no exercício de 2020 correspondia a um valor de R\$ 430.506 mil, enquanto o total do ativo circulante a receber consolidado no exercício de 2020 representava R\$ 503.864 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante consolidado cumprido no exercício de 2019 correspondiam a um valor de R\$ 453.941 mil, enquanto o total do ativo circulante a receber consolidado representava R\$ 386.646 mil.

A Companhia tem ainda como alternativa, para sustentar seus projetos, a manutenção ou obtenção de linhas de financiamento de longo prazo, as quais acredita que continuarão disponíveis considerando o cenário atual de mercado e a constante evolução na qualidade de crédito da Companhia, melhoria do perfil de sua dívida em relação a prazo, custo e outros fatores.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia o seu capital de giro, quando necessário, por meio de operações de crédito, de curto e longo prazos, junto a instituições financeiras e por meio de operações no mercado de capitais.

Os investimentos mais relevantes em ativos não circulantes consistem na manutenção, modernização e ampliação das unidades produtivas da Companhia, essenciais para a continuidade dos negócios da Companhia. O referido investimento tem sido financiado por fluxo de caixa próprio e pelas linhas de crédito bancárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria Estatutária acredita que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia, juntamente com o saldo de caixa e os limites de crédito de curto e longo prazo disponíveis junto a instituições financeiras serão suficientes para equacionar satisfatoriamente seus compromissos. Se houver eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo,

a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito com instituições financeiras, tanto para linhas de capital de giro quanto para investimentos de manutenção, sendo essas linhas de crédito avaliadas e negociadas caso a caso.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, bem como o cumprimento dessas restrições.

As tabelas abaixo demonstram as dívidas bruta e líquida de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:

| Indicadores Econômicos Financeiros | 2020 | ah% | 2019 | ah% | 2018 |
|--|-----------|---------|-----------|--------|-----------|
| Dívidas de curto prazo | | | | | |
| Moeda Nacional | 33.960 | (86,0) | 241.983 | 53,1 | 158.066 |
| Moeda estrangeira | 21.506 | (8,6) | 23.525 | (81,8) | 129.312 |
| Total curto prazo | 55.466 | (79,1) | 265.508 | (7,6) | 287.378 |
| Dívidas de longo prazo | | | | | |
| Moeda Nacional | 532.781 | (7,0) | 572.607 | 98,4 | 288.645 |
| Moeda estrangeira | - | (100,0) | 195 | (99,9) | 248.943 |
| Total longo prazo | 532.781 | (7,0) | 572.802 | 6,6 | 537.588 |
| Total de dívidas brutas ⁽¹⁾ | 588.247 | (29,8) | 838.310 | 1,6 | 824.966 |
| (-) Disponibilidades ⁽²⁾ | (346.232) | 214,8 | (109.987) | (16,8) | (132.219) |
| Dívida líquida | 242.015 | (66,8) | 728.323 | 5,1 | 692.747 |
| Patrimônio líquido | 786.160 | 133,6 | 336.491 | 9,5 | 307.394 |
| Capital social realizado | 543.934 | 236,0 | 161.895 | - | 161.895 |

(1) Dívida bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos mais debêntures.;

(2) As disponibilidades são calculadas pela soma de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras mais banco conta vinculada.

Níveis de Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 588.247 mil, dos quais R\$ 55.466 mil (9,4%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 532.781 mil (90,6%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$ 838.310 mil, dos quais R\$ 265.508 mil (31,7%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 572.802 mil (68,3%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$ 824.966 mil, dos quais R\$ 287.378 mil (34,8%) representavam dívidas de curto prazo e R\$ 537.588 mil (65,2%) dívidas de longo prazo.

A dívida líquida (total da dívida menos a soma do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante) foi de R\$ 242.015 mil em 31 de dezembro de 2020, R\$ 728.323 mil em 31 de dezembro de 2019, R\$ 692.747 mil em 31 de dezembro de 2018

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A tabela abaixo mostra o endividamento bruto consolidado da Companhia exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

| (em milhares de R\$) | | 31.12.20 | 31.12.19 | 31.12.18 |
|--|--|----------------|----------------|----------------|
| Circulante | Encargos anuais % | | | |
| Moeda nacional | | | | |
| Finame | Fixo a 3,69%, TLP + 5,26%, Selic + 5,57% | 970 | 1.326 | 2.492 |
| Capital de giro | Fixo a 12,36%, CDI + 4,61% e 148,8% do CDI | 19.926 | 99.312 | 99.834 |
| Capital de giro - Operação Sindicalizada | CDI + 5,00% | - | - | 43.764 |
| Leasing financeiro | Fixo a 11,29% e CDI + 5,35% | 1.096 | 1.381 | 1.360 |
| Debêntures | CDI + 4,50% | 11.968 | 18.192 | - |
| BNDES | TJLP + 3,60% | - | 10.888 | 10.616 |
| Notas Promissórias | CDI + 7,00% | - | 110.884 | - |
| Total moeda nacional | | 33.960 | 241.983 | 158.066 |
| Moeda estrangeira | | | | |
| Adiantamento de contrato de câmbio | Fixo entre 4,50% e 5,45% | 21.254 | 22.353 | 21.530 |
| Bank of America - PPE | Libor + 8,00% | - | - | 53.469 |
| Banco Santander - PPE | Libor + 6,95% | - | - | 2.222 |
| Banco Rabobank e Santander PPE | Libor + 6,95% | - | - | 50.183 |
| Banco LBBW - FINIMP | Euribor + 1,55% | - | 782 | 1.533 |
| Banco De Lage Landen | 8,20% | 252 | 390 | 375 |
| Total moeda estrangeira | | 21.506 | 23.525 | 129.312 |
| Total do circulante | | 55.466 | 265.508 | 287.378 |
| Não Circulante | | | | |
| Moeda nacional | | | | |
| Finame | Fixo a 3,69%, TLP + 5,26%, Selic + 5,57% | 315 | 1.275 | 2.575 |
| Capital de giro | Fixo a 12,36%, CDI + 4,61% e 148,8% do CDI | 34.663 | 64.159 | 140.474 |
| Capital de giro - Operação Sindicalizada | CDI + 5,00% | - | - | 121.948 |
| Leasing financeiro | Fixo a 11,29% e CDI + 5,35% | 934 | 1.132 | 1.094 |
| Debêntures | CDI + 4,50% a.a. | 496.869 | 494.335 | - |
| BNDES | TJLP + 3,60% | - | 11.706 | 22.554 |
| Total moeda nacional | | 532.781 | 572.607 | 288.645 |
| Moeda estrangeira | | | | |
| Bank of America - PPE | Libor + 8,00% | - | - | 91.747 |
| Banco Santander - PPE | Libor + 6,95% | - | - | 5.902 |
| Banco Rabobank e Santander - PPE | Libor + 6,95% | - | - | 149.967 |
| Banco LBBW - FINIMP | Euribor + 1,55% | - | - | 765 |
| Banco De Lage Landen | 8,20% | - | 195 | 562 |
| Total moeda estrangeira | | - | 195 | 248.943 |
| Total do não circulante | | 532.781 | 572.802 | 537.588 |
| Total | | 588.247 | 838.310 | 824.966 |

Estão apresentados abaixo a exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de dezembro de 2020.

Financiamentos em moeda nacional:

a) Finame: A Companhia possui 21 contratos de repasse de linhas de Finame do BNDES celebrados

com as seguintes instituições financeiras: Banrisul S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A. e Banco De Lage Laden., no valor total de R\$ 1.285 mil. Todos estes contratos têm por objeto o financiamento de máquinas e equipamentos, com vencimento final entre 2021 e 2024. Todos os equipamentos financiados por meio da linha Finame estão onerados ao respectivo credor.

- b) Capital de Giro: A Companhia possui 13 contratos de financiamento para capital de giro com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Safra S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Original S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Toyota do Brasil S.A. no valor total de R\$ 54.589 mil, com vencimento entre 2021 e 2022.
- c) Operação Sindicalizada: Em 30 de setembro de 2016, foram firmados 3 contratos de CCE (Cédula de Crédito de Exportação), junto ao Banco Itaú, Banco Santander (Brasil) S.A. e Rabobank, em uma operação sindicalizada, no valor de R\$ 180 milhões, com vencimento em 2021. O empréstimo será liquidado em 15 parcelas trimestrais a partir de janeiro de 2018. Em 18 dezembro de 2017 foi firmado alongamento dos contratos, desta maneira a operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) parcela a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento em setembro de 2022. Em 06 de agosto de 2019 a companhia liquidou antecipadamente tais contratos de CCE.
- d) Leasing Financeiro: Companhia possui 15 contratos de *leasing* financeiros junto a: Safra Leasing S.A., e Banco De Lage Landen Brasil S.A. no valor total de R\$ 2.030 mil, com vencimento final entre 2021 e 2023.
- e) BNDES: Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES da controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. no valor de R\$ 54.387 mil, inicialmente celebrado em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora. Com a incorporação da São Roberto S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de dezembro de 2014, a operação passou a ter a Companhia como devedora. Como parte do trabalho de *Liabilities Management* a operação foi liquidada em 05 de outubro de 2020.
- f) Notas Promissórias: Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Em 07 de novembro de 2019 a Companhia emitiu 120 (cento e vinte) notas promissórias comerciais, em 6 (seis) séries no valor global de R\$ 120.000 mil, sendo 10 (dez) Notas Promissórias da 1ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 2ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 3ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 4ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 5ª Série e 70 (setenta) Notas Promissórias da 6ª Série, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com prazo de 180 dias a partir da Data de Emissão e remuneração de CDI + 6,0% a.a. A totalidade das notas Promissórias foram objeto de resgate antecipado obrigatório.

- Debêntures:

(g.1) **Primeira Emissão de Debêntures da Companhia**: A Companhia emitiu, em 25 de março de 2010, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 100.000 mil, com

esforços restritos de colocação. As debêntures foram integralmente pagas em março de 2015. Sua amortização ocorreu em oito parcelas semestrais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em setembro de 2011.

(g.2) Segunda Emissão de Debêntures da Companhia: A Companhia emitiu, em 30 de novembro de 2012, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 60.000 mil, com esforços restritos de colocação. As debêntures da segunda emissão vencerão em novembro de 2017. Sua amortização ocorre em cinco parcelas anuais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em novembro de 2013.

(g.3) Primeira Emissão de Debêntures Wave – assumida por assunção de dívida pela Irani Papel e Embalagem S.A.: A Wave Participações S.A. emitiu, em 28 de maio de 2013, debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, no valor de R\$ 80.000 mil. O prazo de vigência das debêntures é de 5 anos e sua amortização ocorrerá em parcelas trimestrais, sendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2014 e o último em 20 de maio de 2018. O objetivo desta emissão foi captar recursos que foram utilizados na reestruturação da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. Em decorrência de incorporação reversa incorrida em 29 de novembro de 2013, onde a controlada São Roberto incorporou a Wave Participações, o valor da debênture emitida pela Wave Participações passou a compor o saldo da debênture da São Roberto e, por consequência, o saldo consolidado da Companhia. A Companhia aprovou, em 22 de agosto de 2014, a assunção de dívida com a consequente transferência da totalidade dos direitos e obrigações detidos pela então controlada São Roberto S.A. das debêntures nos termos da escritura de emissão e cujo saldo remanescente era de R\$ 70.592 mil à época. Em contrapartida à assunção da dívida, foi gerado um crédito em favor da Companhia no mesmo valor, o qual foi integralmente contribuído ao capital social da então controlada, que foi incorporada pela Companhia em 30 de dezembro de 2014. As debêntures foram resgatadas em julho de 2017.

(g.4) Terceira Emissão de Debêntures da Companhia: Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 3ª emissão pública de debêntures simples (verdes), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, composta por 580.000 (quinhentos e oitenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$580.000, observada a possibilidade de distribuição parcial de debêntures, desde que haja colocação de, pelo menos, o montante de 500.000 (quinhentas mil) debêntures, totalizando o montante mínimo de R\$ 500.000 respectivamente). Em 31 de julho de 2019 foi realizada a distribuição parcial das debêntures e, sendo assim, a Emissão foi composta por 505.000 (quinhentas e cinco mil) debêntures verdes, com valor nominal unitário de R\$1 totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas.

(g.5) Quarta Emissão de Debêntures da Companhia: Em 02 de março de 2021, o Conselho de Administração da Emissora autorizou e aprovou a 4ª Emissão de Debêntures Simples (verdes), Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Adicional Real, para Colocação Privada da Irani Papel e Embalagem S.A., onde serão emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures verdes, no valor total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na data de 03

de março de 2021, sendo o valor nominal unitário das Debêntures de R\$1.000,00 (mil reais). O prazo de vencimento das debêntures da 4ª emissão é em 15 de dezembro de 2029.

Financiamentos em moeda estrangeira:

Os financiamentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 estão atualizados pela variação cambial do dólar e do Euro.

a) Adiantamentos Contrato de Câmbio (ACCs): A Companhia possui 2 contratos de adiantamento de contrato de câmbio celebrados com os bancos Banrisul e Itaú BBA, com saldo de US\$ 4.089 mil. O valor devido em tais contratos é atualizado pela variação cambial do dólar e possuem vencimento no primeiro trimestre de 2021.,

b) Bank of America - PPE: A Companhia celebrou, em 16 de fevereiro de 2007, contrato de pré-pagamento de exportação (*Credit and Export Prepayment Agreement*) com o Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, no valor de US\$ 60.000 mil. Em 30 de novembro de 2007, foi negociado aditivo no valor de US\$ 10.000 mil. O principal e juros deste contrato seriam pagos em parcelas trimestrais com vencimento final em 2017. A Companhia celebrou, em 12 de abril de 2010 e em 31 de maio de 2011, contratos de *Swap Fluxo de Caixa* com relação aos juros deste financiamento. Em 27 de abril de 2012, a Companhia liquidou estas operações de *Swap Fluxo de Caixa*. Por meio do *Amended and Restated* de 26 de setembro de 2014, a Companhia e o Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2020, bem como aumento da carência para pagamento das parcelas do principal do contrato até 30 de maio de 2017. Em 25 de agosto de 2017 foi firmado alongamento do contrato, desta maneira a operação passa a ter vencimento final em 2021 e carência de principal de 18 meses. Em 18 de março de 2018 nos foi apresentado contrato de negociação com o Bank of America NA, passando este a ser o credor da referida operação. Em 08 de novembro de 2019 a companhia liquidou antecipadamente tal operação.

c) Banco Santander PPE: A Companhia celebrou, em 09 de dezembro de 2013, um Pré-pagamento de exportação com o Banco Santander S.A., no valor de US\$ 5.532 mil. O principal e juros são pagos em parcelas anuais com vencimento final em 16 de novembro de 2018. Em 18 dezembro de 2017 foi firmado alongamento do contrato, desta maneira a operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) parcela a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento em setembro de 2022. Em 07 de agosto de 2019 a companhia liquidou antecipadamente tal operação.

d) Banco Rabobank e Santander – PPE: A Companhia celebrou, em 30 de junho de 2014, um Pré-pagamento de exportação com os Bancos Rabobank e Santander no valor de US\$ 70.000 mil. Os juros são pagos em parcelas trimestrais e o principal em parcelas semestrais após 1 ano de carência com vencimento final em 2021. Em 18 dezembro de 2017 foi firmado alongamento do contrato, desta maneira a operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) parcela a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento em setembro de 2022. Em 07 de agosto de 2019 a companhia liquidou antecipadamente tal operação.

e) Banco LBBW – FINIMP: A Companhia celebrou, em 29 de maio de 2015, um contrato de

financiamento de importação com o LBBW no valor de EUR 1.724 mil. O principal e juros foram pagos em parcelas semestrais com vencimento final em 2020.

f) Banco de Lage Landen: A Companhia celebrou, em 28 de junho de 2016, um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancário) junto ao Banco de Lage Landen no valor de US\$ 468 mil com vencimento em 2021. O empréstimo será liquidado em 58 parcelas mensais a partir de setembro de 2016.

ii) outras operações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que, com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias reais para alguns dos credores descritos no subitem (i) deste item 10.1(f). Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia. As demais dívidas da Companhia são da espécie quirografária. A Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.

iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos financeiros da Companhia impõem de forma geral limites de endividamento para a Companhia, distribuição de dividendos acima de determinados níveis relacionados com o indicador dívida líquida sobre EBITDA Ajustado Total, alienação e oneração de ativos da Companhia. São descritas a seguir os principais *covenants* financeiros contidos nos contratos de financiamento da Companhia. Todos eles são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. São apresentados os indicadores por operação indicando o atendimento ou a necessidade de *waiver* (perdão).

Covenants anuais:

a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA - menor ou igual: (x)

| | Contratado 2018 | Apurado 2018 | Posição | Contratado 2019 | Apurado 2019 | Posição | Contratado 2020 | Apurado 2020 | Posição |
|--|--------------------|-----------------|----------|--------------------|-----------------|----------|--------------------|-----------------|----------|
| i) Banco Itaú BBA – CCE | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| ii) Banco Santander Brasil – PPE | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| iii) Banco Rabobank – CCE | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| iv) Banco Santander – CCE | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| v) Banco Rabobank e Santander – PPE | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| vi) Capital de Giro – Operação Sindicalizada | 4,00 | 3,12 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| vii) Capital de Giro – Banco BTG CCE | 4,50 | 3,12 | Atendido | 4,00 | 3,40 | Atendido | - | - | N/A |
| viii) 3ª Emissão de Debêntures | - | - | N/A | 4,00 | 3,40 | Atendido | 3,50 | 1,07 | Atendido |
| ix) Notas Promissórias | - | - | N/A | 4,00 | 3,40 | Atendido | - | - | N/A |

b) Relação entre o EBITDA e Despesas Financeiras - maior ou igual (x)

| | Contratado 2018 | Apurado 2018 | Posição | Contratado 2019 | Apurado 2019 | Posição | Contratado 2020 | Apurado 2020 | Posição |
|--|--------------------|-----------------|----------|--------------------|-----------------|----------|--------------------|-----------------|----------|
| i) Banco Itaú BBA – CCE | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| ii) Banco Santander Brasil – PPE | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| iii) Banco Rabobank – CCE | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| iv) Banco Santander – CCE | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| v) Banco Rabobank e Santander – PPE | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| vi) Capital de Giro – Operação Sindicalizada | 1,75 | 2,24 | Atendido | - | - | N/A | - | - | N/A |
| vii) Capital de Giro – Banco BTG CCE | 1,50 | 2,24 | Atendido | 2,00 | 2,52 | Atendido | - | - | N/A |
| viii) 3ª Emissão de Debêntures | - | - | N/A | 1,25 | 2,52 | Atendido | 1,75 | 4,11 | Atendido |
| ix) Notas Promissórias | - | - | N/A | 1,25 | 2,52 | Atendido | - | - | N/A |

a) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia atendeu os Índices Financeiros contratados.

Covenants trimestrais.
a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior: (x)

| x) Banco Credit Suisse - PPE | 1T18 | 2T18 | 3T18 | 4T18 | 1T19 | 2T19 | 3T19 | 4T19 | 1T20 | 2T20 | 3T20 | 4T20 |
|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|------|------|------|------|------|
| Contratado | 5,00 | 5,00 | 5,00 | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 4,50 | - | - | - | - | - |
| Apurado | 3,46 | 2,88 | 2,71 | 3,12 | 3,25 | 3,90 | 4,23 | - | - | - | - | - |
| Posição | Atendido | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |

b) Relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior: (x)

| x) Banco Credit Suisse - PPE | 1T18 | 2T18 | 3T18 | 4T18 | 1T19 | 2T19 | 3T19 | 4T19 | 1T20 | 2T20 | 3T20 | 4T20 |
|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|--------|----------|------|------|------|------|------|
| Contratado | 1,50 | 1,75 | 1,75 | 2,00 | 2,00 | 2,00 | 2,00 | - | - | - | - | - |
| Apurado | 2,12 | 2,51 | 2,60 | 2,24 | 2,25 | 1,91 | 2,43 | - | - | - | - | - |
| Posição | Atendido | Atendido | Atendido | Atendido | Atendido | Waiver | Atendido | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |

A Diretoria Estatutária da Companhia entende que atenderá tais índices ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, salvo na ocorrência de mudanças relevantes no cenário econômico e/ou mercado financeiro.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía limites adicionais além dos já contratados em suas operações financeiras.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir derivam das Informações contábeis para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's)

e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

h.1) DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

a) Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

| Dados consolidados - em milhares de reais | <u>2020</u> | av% | ah% | <u>2019</u> | av% |
|--|-----------------------|--------------|----------------|------------------------|--------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS | 1.029.605 | 100,0 | 14,6 | 898.779 | 100,0 |
| Custo dos produtos vendidos | (722.663) | (70,2) | 13,2 | (638.349) | (71,0) |
| Variação do valor justo dos ativos biológicos | 18.374 | 1,8 | 130,5 | 7.970 | 0,9 |
| LUCRO BRUTO | <u>325.316</u> | 31,6 | 21,2 | <u>268.400</u> | 29,9 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | | | | |
| Com vendas | (90.657) | (8,8) | 8,9 | (83.270) | (9,3) |
| Perdas por <i>impairment</i> contas a receber | (1.268) | (0,1) | 113,1 | (595) | (0,1) |
| Gerais e administrativas | (70.660) | (6,9) | 14,1 | (61.905) | (6,9) |
| Receitas (despesas) financeiras, líquidas | (55.601) | (5,4) | (76,3) | (234.647) | (26,1) |
| Outras receitas operacionais | 18.264 | 1,8 | (89,2) | 169.516 | 18,9 |
| Outras despesas operacionais | (5.395) | (0,5) | (93,8) | (87.024) | (9,7) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS | <u>109.914</u> | 10,7 | (472,3) | <u>(29.525)</u> | (3,3) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (24.295) | (2,4) | 8.025,4 | (299) | (0,0) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.142 | 0,7 | (87,3) | 56.280 | 6,3 |
| LUCRO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS | <u>92.761</u> | 9,0 | 250,6 | <u>26.456</u> | 2,9 |
| RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA | - | - | - | (106.048) | - |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO | <u>92.761</u> | 9,0 | (216,5) | <u>(79.592)</u> | (8,9) |

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas aumentaram 14,6% sendo R\$ 1.029.605 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$ 898.779 mil para o mesmo período de 2019, refletindo a melhor performance da receita no mercado interno. Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se: (i) aumento de 17,3% na receita líquida das vendas de papel para embalagens, passando de R\$ 341.188 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 400.171 mil em 31 de dezembro de 2020; (ii) aumento de 16,5% na receita líquida das vendas de embalagem de



papelão ondulado, passando de R\$ 472.492 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 550.400 mil em 31 de dezembro de 2020 e (iii) já o segmento Florestal RS e Resinas registrou uma redução de 7,1% na receita líquida das vendas, passando de R\$ 85.099 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 79.034 mil em 31 de dezembro de 2020.

O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) embalagem papelão ondulado aumentou para R\$ 4.553/ton em 31 de dezembro de 2020 em relação a R\$ 4.272/ton em 31 de dezembro de 2019 configurando um aumento de 6,6%, superior à inflação (IPCA) do período em 2,08%; e (ii) o segmento Papel para Embalagem registrou aumento de preços nos papéis para embalagens rígidas de R\$ 2.291/ton em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 2.520/ton em 31 de dezembro de 2020, configurando um aumento de 10,0%, superior a inflação (IPCA) do período em 5,5%. Nos papéis para embalagens flexíveis, o aumento foi de 6,2%, passando de R\$ 3.860/ton em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4.099/ton em 31 de dezembro de 2020, superior à inflação (IPCA) no período em 1,68%.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 53,0% da receita líquida de vendas se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira. Outros 39,0% da receita líquida de vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram provenientes da venda de papel para clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 82,0% da receita líquida e vendas se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 81,2% para o mesmo período de 2019.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 13,2%, sendo R\$ 722.663 mil para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 638.349 mil para o mesmo período de 2019, principalmente em função do aumento no valor dos insumos.

Varição do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia aumentou 130,5% sendo R\$ 18.374 mil para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 7.970 mil para o mesmo período de 2019, principalmente em relação às florestas de Santa Catarina que tiveram variações com efeito positivo por incremento de área plantada e por melhora nos preços de mercado da madeira.

Lucro Bruto

Devido aos motivos apresentados acima o lucro bruto da Companhia aumentou 21,2% para R\$ 325.316 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$ 268.400 mil para o mesmo período de 2019.

(Despesas) Receitas Operacionais

Com vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram 8,9% para R\$ 90.657 mil para o período encerrado em 31 de dezembro de 2020 contra os R\$ 83.270 mil para o mesmo período de 2019, reflexo da melhor performance das vendas no mercado interno. Como percentual da receita líquida

de vendas, as despesas com vendas da Companhia representaram 8,8% da receita líquida consolidada, um pouco abaixo dos 9,3% registrados para o mesmo período de 2019.

Perdas por *impairment* contas a receber

As perdas por *impairment* contas a receber aumentaram 113,1% para R\$ 1.268 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 contra R\$ 595 mil para o mesmo período de 2019. Não apresentando variação relevante de valores entre os exercícios findos em 2020 e 2019.

Gerais e Administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram 14,1%, para R\$ 70.660 mil exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação aos R\$ 61.905 mil para o mesmo período de 2019 este aumento se refere principalmente a programas de remunerações variáveis. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia representaram 6,9% para o para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 mesmo percentual para período de 2019.

(Despesas) financeiras, líquidas

| (em milhares de R\$) | Exercício social encerrado em | | |
|--|-------------------------------|--------|------------------|
| | 31.12.2020 | ah% | 31.12.2019 |
| Receitas financeiras | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 4.474 | 81,5 | 2.465 |
| Juros | 10.192 | (82,7) | 58.929 |
| Descontos obtidos | 516 | (20,1) | 646 |
| Total das receitas financeiras sem variação cambial | <u>15.182</u> | (75,5) | <u>62.040</u> |
| Variação cambial | | | |
| Variação cambial ativa | 13.071 | (14,3) | 15.245 |
| Variação cambial passiva | (13.711) | (92,2) | (174.716) |
| Variação cambial líquida | <u>(640)</u> | (99,6) | <u>(159.471)</u> |
| Despesas financeiras | | | |
| Juros | (64.511) | (50,7) | (130.834) |
| Descontos concedidos | (334) | (45,2) | (609) |
| Deságios/despesas bancárias | (889) | 2,8 | (865) |
| Juros Passivos Sobre Arrendamentos | (2.070) | - | (2.029) |
| Outros | (2.339) | (18,8) | (2.879) |
| Total despesas financeiras sem variação cambial | <u>(70.143)</u> | (48,9) | <u>(137.216)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(55.601)</u> | (76,3) | <u>(234.647)</u> |
| Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada | <u>-</u> | | <u>(25.303)</u> |

A variação cambial líquida representou uma despesa de R\$ 640 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$ 159.471 mil para o mesmo período de 2019 explicada principalmente pela liquidação de operações financeiras denominadas em dólar. As despesas financeiras sem variação cambial da Companhia diminuíram, 48,9%, totalizando R\$ 70.143 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em relação aos R\$ 137.216 mil para o mesmo período de 2019, principalmente devido a emissão de debêntures com prazo de vencimento de 6 anos e 4 meses de carência. O resultado financeiro líquido registrou diminuição de 76,3%, com

despesa de R\$ 55.601 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com despesa de R\$ 234.647 mil para o mesmo período de 2019.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

| (em milhares de R\$) | Exercício Social encerrado em | |
|--|-------------------------------|-----------------|
| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
| Receita de bens sinistrados e alienados | 5.533 | 1.603 |
| Vendas créditos de carbono | 379 | - |
| Venda de Florestas à CMPC | - | 39.000 |
| Venda de Terras à Rio Negro | - | 53.000 |
| Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS | 9.352 | 74.124 |
| Outras receitas operacionais | 3.000 | 1.789 |
| Total de outras receitas operacionais | 18.264 | 169.516 |
| (em milhares de R\$) | Exercício Social encerrado em | |
| | 31.12.20 | 31.12.19 |
| Custo dos bens sinistrados e alienados | (2.466) | (204) |
| Contingência na controlada Habitasul Florestal | - | (4.000) |
| Custo venda de Florestas à CMPC | - | (41.891) |
| Custo venda de Terras à Rio Negro | - | (36.907) |
| Provisão de subvenção governamental Estado MG | (1.515) | (1.316) |
| Impairment de ativos de controladas | (771) | - |
| Outras despesas operacionais | (643) | (2.706) |
| Total de outras despesas operacionais | (5.395) | (87.024) |
| Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 12.869 | 82.492 |

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas diminuíram 541% sendo R\$ 12.869 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 82.492 mil para o mesmo período de 2019 principal motivo desta variação é que em 2020 não houve venda de florestas como aconteceu em 2019 e o reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em função do trânsito em julgado de decisão judicial favorável a Companhia, que concedeu o direito a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS. Também ficou bem abaixo do que ocorreu em 2019.

Lucro/(prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado explicado acima, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia totalizou R\$ 109.914 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, enquanto que o prejuízo operacional antes dos efeitos tributários foi de R\$ 29.525 mil para o mesmo período 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e Contribuição Social da Companhia foi negativo em R\$ 17.153 mil com uma taxa efetiva de 15,6% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, enquanto que o Imposto de renda e Contribuição Social foi de R\$ 55.981 mil positivo, com uma taxa efetiva de 41,3% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, isso principalmente impactado pelo resultado antes dos impostos.



RANI
B3 LISTING

(Prejuízo) das operações descontinuadas

Não houve resultado da operação descontinuada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, enquanto que o prejuízo da operação descontinuada para mesmo período de 2019 foi de R\$ 106.048 mil.

Lucro/(prejuízo) líquido do período

Como resultado do exposto acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 92.761 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, maior que os R\$ 79.592 mil de prejuízo para mesmo período de 2019.

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto %



| Dados consolidados - em milhares de reais | 2019 | av% | ah% | 2018 | av% |
|--|-------------|------------|------------|-------------|------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS | 898.779 | 100,0 | 12,5 | 799.159 | 100,0 |
| Varição do valor justo dos ativos biológicos | 7.970 | 0,9 | 540,7 | 1.244 | 0,2 |
| Custo dos produtos vendidos | (638.349) | (71,0) | 19,6 | (533.757) | (66,8) |
| LUCRO BRUTO | 268.400 | 29,9 | 0,7 | 266.646 | 33,4 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | | | | |
| Com vendas | (83.270) | (9,3) | 16,5 | (71.495) | (8,9) |
| Perdas por <i>impairment</i> contas a receber | (595) | (0,1) | (54,8) | (1.316) | (0,2) |
| Gerais e administrativas | (61.905) | (6,9) | 10,4 | (56.090) | (7,0) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | 82.492 | 9,2 | (1.229,3) | (7.305) | (0,9) |
| RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS | 205.122 | 22,8 | 57,3 | 130.440 | 16,3 |
| (Despesas) financeiras, líquidas | (234.647) | (26,1) | 154,0 | (92.392) | (11,6) |
| Receitas financeiras | 77.285 | 8,6 | 203,3 | 25.482 | 3,2 |
| Despesas financeiras | (311.932) | (34,7) | 164,6 | (117.874) | (14,7) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS | (29.525) | (3,3) | (177,6) | 38.048 | 4,8 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (299) | (0,0) | (26,4) | (406) | (0,1) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 56.280 | 6,3 | (639,5) | (10.431) | (1,3) |
| LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS | 26.456 | 2,9 | (2,8) | 27.211 | 3,4 |
| Operações descontinuadas | | | | | |
| (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | (106.048) | (11,8) | 286,6 | (27.434) | (3,4) |
| (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | (79.592) | (8,9) | 35.591,5 | (223) | - |
| Prejuízo atribuível a: | | | | | |
| Acionistas controladores | (79.592) | (8,9) | 35.591,5 | (223) | - |
| | (79.592) | (8,9) | 35.591,5 | (223) | - |

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas da operação continuada aumentaram 12,5% sendo R\$ 898.779 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$ 799.159 mil para o mesmo período de 2018 refletindo a melhor performance da receita no mercado interno. Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se: (i) aumento de 20,3% na receita líquida das vendas de papel para embalagens, passando de R\$ 283.675 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 341.188 mil em 31 de dezembro de 2019; (ii) aumento de 10,6% na receita líquida das vendas de embalagem de papelão ondulado, passando de R\$ 427.277 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 472.492 mil em 31 de dezembro de 2019 e (iii) parcialmente compensado pelo o segmento Florestal RS e Resinas que registrou uma redução de 3,5% na receita líquida das vendas, passando de R\$ 88.207 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 85.099 mil em 31 de dezembro de 2019.



O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) embalagem papelão ondulado aumentou para R\$ 4.272/ton em 31 de dezembro de 2019 em relação a R\$ 4.005/ton em 31 de dezembro de 2018, configurando um aumento de 6,7% superior à inflação (IPCA) do período em 2,4%; e (ii) o segmento Papel para Embalagem registrou aumento de preços nos papéis para embalagens rígidas de R\$ 2.264/ton em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.291/ton em 31 de dezembro de 2019, configurando um aumento de 1,2%, inferior a inflação (IPCA) do período em 3,1%. Nos papéis para embalagens flexíveis, o aumento foi de 7,5% passando de 3.591/ton em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.860/ton em 31 de dezembro de 2019, superior à inflação (IPCA) no período em 3,2%.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 52,6% da receita líquida de vendas se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira. Outros 38% da receita líquida de vendas no ano de 2019 foram provenientes da venda de papel para clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2019, 81,2% da receita líquida e vendas se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 78,7% para o mesmo período de 2018.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 19,6%, sendo R\$ 638.349 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 533.757 mil para o mesmo período de 2018, principalmente em função do aumento no valor dos insumos.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia foi positivo em R\$ 7.970 mil para 31 de dezembro de 2019 e positivo R\$ 1.244 mil para o mesmo exercício de 2018, principalmente em relação às florestas de Santa Catarina que tiveram variações com efeito positivo nos custos de Florestas e silvicultura.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 0,7% para R\$ 268.400 mil no exercício de 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$ 266.646 mil para o mesmo período de 2018.

(Despesas) Receitas Operacionais

Com vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram 16,5% para R\$ 83.270 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra os R\$ 71.495 mil para o mesmo período de 2018, reflexo da melhor performance do mercado interno. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia representaram 9,3% da receita líquida consolidada, um pouco acima dos 8,9% registrados para o ano de 2018.

Perdas por *impairment* contas a receber

As perdas por *impairment* contas a receber diminuíram 54,8% para R\$ 595 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra os R\$ 1.316 mil para o mesmo período de 2018, não apresentando variação relevante entre os exercícios findos em 2019 e 2018.

Gerais e Administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram 10,4%, para R\$ 61.905 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação aos R\$ 56.090 mil para o mesmo período de 2018. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia representaram 6,9% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 ligeiramente abaixo dos 7% registrados para o ano de 2018 este aumento principalmente se refere a despesas de assistência médica a colaboradores e a programas de remunerações variáveis.

(Despesas) financeiras, líquidas

| (em milhares de R\$) | Exercício social encerrado em | | |
|---|-------------------------------|-----------|------------|
| | 31.12.2019 | ah% | 31.12.2018 |
| Receitas financeiras | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 2.465 | (52,4) | 5.178 |
| Juros | 58.929 | 8.748,2 | 666 |
| Descontos obtidos | 646 | 76,5 | 366 |
| Total das receitas financeiras sem variação cambial | 62.040 | 899,0 | 6.210 |
| Variação cambial | | | |
| Variação cambial ativa | 15.245 | (20,9) | 19.272 |
| Variação cambial passiva | (174.716) | 661,4 | (22.948) |
| Variação cambial líquida | (159.471) | 4.238,2 | (3.676) |
| Despesas financeiras | | | |
| Juros | (130.834) | 40,9 | (92.874) |
| Descontos concedidos | (609) | (30,3) | (874) |
| Deságios/despesas bancárias | (865) | (1.541,7) | 60 |
| Juros Passivos Sobre Arrendamentos | (2.029) | - | - |
| Outros | (2.879) | 132,6 | (1.238) |
| Total despesas financeiras sem variação cambial | (137.216) | 44,6 | (94.926) |
| Resultado financeiro líquido | (234.647) | 154,0 | (92.392) |

As receitas financeiras sem variação cambial totalizaram R\$ 62.040 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$ 6.210 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, como resultado, principalmente a atualização pela SELIC de créditos tributários de ICMS na base de PIS e COFINS demonstrada na linha de juros. A variação cambial líquida representou uma despesa de R\$ 159.471 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 3.676 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 explicada principalmente pelo reconhecimento contábil do *hedge accounting* no resultado, devido à liquidação de operações financeiras denominadas em dólar. As despesas financeiras sem variação cambial da Companhia aumentaram, 44,6%, totalizando R\$ 137.216 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação aos R\$ 94.926 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a despesas de pré-pagamento de operações financeiras.

Sendo assim, o resultado financeiro líquido registrou aumento de 154%, pois representa uma despesa de R\$ 234.647 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação à despesa de R\$ 92.392 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O resultado financeiro do

ano de 2019 foi impactado por várias medidas de reestruturação financeira, tais como baixa contábil de *hedge accounting* no valor de R\$ 108.691 mil e despesas de pré-pagamento de operações.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

(em milhares de R\$)

| | Exercício Social encerrado em | |
|--|-------------------------------|-----------------|
| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
| Receitas | | |
| Receita de bens sinistrados e alienados | 1.603 | - |
| Receita de venda de imóveis e terrenos | - | 13.135 |
| Receita de alienação de florestas | - | 37.327 |
| Venda de Florestas à CMPC | 39.000 | - |
| Venda de Terras à Rio Negro | 53.000 | - |
| Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS | 74.124 | - |
| Outras receitas operacionais | 1.789 | 2.825 |
| Total de outras receitas operacionais | 169.516 | 53.287 |
| | | |
| | 31.12.19 | 31.12.18 |
| Despesas | | |
| Custo dos bens sinistrados e alienados | (204) | - |
| Custo de venda de imóveis e terrenos | - | (15.174) |
| Custo das florestas alienadas | - | (45.138) |
| Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS | - | 7.833 |
| Provisão/reversão perda de créditos a receber XKW Trading | - | 500 |
| Contingência na controlada Habitasul Florestal | (4.000) | - |
| Custo venda de Florestas à CMPC | (41.891) | - |
| Custo venda de Terras à Rio Negro | (36.907) | - |
| Provisão de subvenção governamental Estado MG | (1.316) | (1.244) |
| Outras despesas operacionais | (2.706) | (7.369) |
| Total de outras despesas operacionais | (87.024) | (60.592) |
| | | |
| Total de Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | 82.492 | (7.305) |

As outras receitas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 169.516 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 53.287 mil no mesmo período de 2018, impactado principalmente pela efeitos da venda de terras, florestas da controlada Habitasul Florestal S.A e pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em função do trânsito em julgado de decisão judicial favorável a Companhia, que concedeu o direito a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS.

As outras despesas operacionais da Companhia aumentaram 43,6%, totalizando R\$ 87.024 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação aos R\$ 60.592 mil para o mesmo período de 2018, em função, principalmente pela realização de vendas de terras no período.

Lucro/(prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado explicado acima, o prejuízo operacional antes dos efeitos tributários da Companhia totalizou R\$ 29.525 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, enquanto que o lucro operacional antes dos efeitos tributários foi de R\$ 38.048 mil para o mesmo período 2018.



RANI
B3 LISTING

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e Contribuição Social da Companhia foi positivo em R\$ 55.981 mil com uma taxa efetiva de 41,3% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, enquanto que o Imposto de renda e Contribuição Social foi de R\$ 10.837 mil negativo, com taxa efetiva de 102,1% para o exercício de 2018, isso principalmente impactado pelo reconhecimento de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(Prejuízo) das operações descontinuadas

O prejuízo da operação descontinuada da Companhia totalizou R\$ 106.048 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 principalmente pelo reconhecimento de provisão de *impairment* sobre imobilizado e carteira de clientes, enquanto o prejuízo da operação descontinuada para o período de 2018 foi de R\$ 27.434 mil.

Lucro/(prejuízo) líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, o prejuízo da Companhia totalizou R\$ 79.592 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, maior que os R\$ 223 mil de prejuízo para mesmo período de 2018.

h.2) BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019



| ATIVO (em milhares de R\$) | 31.12.2020 | av% | ah% | 31.12.2019 | av% |
|--|-------------------------|-------|--------|-------------------------|-------|
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 54.260 | 3,0 | (32,9) | 80.822 | 5,1 |
| Bancos conta vinculada | - | - | - | 29.165 | 1,8 |
| Aplicações financeiras | 291.972 | 18,5 | 100,0 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 202.470 | 11,2 | 24,8 | 162.252 | 10,3 |
| Estoques | 92.977 | 5,1 | 21,0 | 76.845 | 4,9 |
| Tributos a recuperar | 73.167 | 4,0 | (7,9) | 79.421 | 5,0 |
| Outros ativos | 15.552 | 0,9 | (54,0) | 33.779 | 2,1 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 41.200 | 2,3 | (0,9) | 41.580 | 2,6 |
| Total do ativo circulante | <u>771.598</u> | 42,5 | 53,1 | <u>503.864</u> | 31,9 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 4.173 | 0,2 | 164,8 | 1.576 | 0,1 |
| Tributos a recuperar | 27.448 | 1,5 | (64,3) | 76.911 | 4,9 |
| Depósitos Judiciais | 886 | - | (6,9) | 952 | 0,1 |
| Outros ativos | 27 | - | (98,6) | 1.951 | 0,1 |
| Propriedade para investimento | 21.541 | 1,2 | 286,4 | 5.575 | 0,4 |
| Ativos biológicos | 177.684 | 9,8 | 15,0 | 154.518 | 9,8 |
| Imobilizado | 648.842 | 35,8 | (3,1) | 669.785 | 42,4 |
| Direito de uso de ativos | 21.180 | 1,2 | - | 22.425 | 1,4 |
| Intangível | 140.738 | 7,8 | (0,9) | 141.989 | 9,0 |
| Total do ativo não circulante | <u>1.042.519</u> | 57,5 | (3,1) | <u>1.075.682</u> | 68,1 |
| TOTAL DO ATIVO | <u>1.814.117</u> | 100,0 | 14,9 | <u>1.579.546</u> | 100,0 |

Ativo

Os ativos totais consolidados da Companhia aumentaram em 14,9%, totalizando R\$ 1.814.117 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 1.579.546 mil em 31 de dezembro de 2019, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

| (em milhares de R\$) | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|----------------|---------------|
| Fundo fixo | 20 | 27 |
| Bancos | 4.424 | 14.319 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 49.816 | 66.476 |
| Aplicações financeiras | 291.972 | - |
| Total caixa e equivalentes de caixa | <u>346.232</u> | <u>80.822</u> |

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentou aumento de 328,4%, totalizando R\$ 346.232 mil em 31 de dezembro de 2020, contra os R\$ 80.822 mil em 31 de dezembro de 2019, justificado principalmente pelo aumento do saldo de aplicações financeiras.

Contas a receber de clientes

Circulante e não circulante

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram 26,1%, totalizando R\$ 206.643 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 163.828 mil em 31 de dezembro de 2019 resultado da melhor performance do mercado interno.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a receber de: | | |
| Clientes - mercado interno | 202.870 | 155.246 |
| Clientes - mercado externo | 22.875 | 25.004 |
| Clientes - renegociação | <u>11.712</u> | <u>12.992</u> |
| Total contas a receber | <u>237.457</u> | <u>193.242</u> |
| | | |
| Perdas estimadas em contas a receber de clientes | <u>(30.814)</u> | <u>(29.414)</u> |
| Total contas a receber líquido de provisão | <u>206.643</u> | <u>163.828</u> |

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor. A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 190.755 | 145.730 |
| Vencidos até 30 dias | 12.373 | 9.363 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 1.155 | 2.486 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 33 | 1.513 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 1.116 | 2.753 |
| Vencidos há mais de 180 dias | <u>32.025</u> | <u>31.397</u> |
| | <u>237.457</u> | <u>193.242</u> |

Estoques

Os estoques da Companhia totalizaram R\$ 92.977 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 76.845 mil em 31 de dezembro de 2019. A Diretoria Estatutária da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.



| (em milhares de R\$) | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Produtos acabados | 39.154 | 32.926 |
| Materiais de produção | 31.400 | 21.879 |
| Materiais de consumo | 21.776 | 23.758 |
| Outros estoques | 683 | 690 |
| Total estoques | <u>93.013</u> | <u>79.253</u> |
| Redução ao valor realizável líquido | <u>(36)</u> | <u>(2.408)</u> |
| Total estoques líquido de redução ao valor realizável líquido | <u>92.977</u> | <u>76.845</u> |

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar da Companhia totalizaram R\$ 100.615 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 156.332 mil em 31 de dezembro de 2019, os créditos de PIS e COFINS são basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos. A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou o valor dos créditos atualizados em R\$ 143.157 mil (R\$ 81.282 mil correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 mil referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69.

| (em milhares de R\$) | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| ICMS | 7.431 | 6.281 |
| PIS/COFINS | 92.638 | 148.244 |
| IPI | 153 | 299 |
| Imposto de renda | 38 | 272 |
| Contribuição social | 80 | 345 |
| IRRF s/ aplicações | 1 | 648 |
| Outros | 274 | 243 |
| | <u>100.615</u> | <u>156.332</u> |
| Parcela do circulante | 73.167 | 79.421 |
| Parcela do não circulante | 27.448 | 76.911 |

Outros ativos

Os outros ativos da Companhia totalizaram R\$ 15.579 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 35.730 mil em 31 de dezembro de 2019, a principal variação de saldo refere-se



ao saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, originado da operação de venda Imóveis Rurais.

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda da Companhia totalizaram R\$ 41.200 mil em 31 de dezembro de 2020, O ativo mantido para venda refere-se a máquinas e equipamentos, prédios e terrenos que fazem parte da planta da embalagem Vila Maria que foi descontinuada em 2019.

Ativo Biológico

Os ativos biológicos aumentaram 15%, para R\$ 177.684 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$ 154.518 mil em 31 de dezembro de 2019 e compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

Os saldos dos ativos biológicos foram atualizados a valor justo, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

| (em milhares de R\$) | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Custo de formação dos ativos biológicos | 71.305 | 70.719 |
| Diferencial do a valor justo ativos biológicos | <u>106.379</u> | <u>83.799</u> |
| Total ativo biológico | <u><u>177.684</u></u> | <u><u>154.518</u></u> |

Imobilizado

O imobilizado da Companhia teve uma pequena redução de 3,1% totalizando R\$ 648.842 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 669.785 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo e Patrimônio Líquido



| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2020 | av% | ah% | 31.12.2019 | av% |
|---|-------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------|
| (em milhares de R\$) | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 43.498 | 2,8 | (82,4) | 247.316 | 15,7 |
| Debêntures | 11.968 | 0,8 | (34,2) | 18.192 | 1,2 |
| Passivo de arrendamento | 3.974 | 0,3 | 37,6 | 2.888 | 0,2 |
| Fornecedores | 109.095 | 6,9 | 21,5 | 89.820 | 5,7 |
| Obrigações sociais e previdenciárias | 45.448 | 2,9 | 53,3 | 29.649 | 1,9 |
| Obrigações tributárias | 21.856 | 1,4 | 45,7 | 15.004 | 0,9 |
| IR e CSLL a pagar | 3.114 | 0,2 | 1.036,5 | 274 | - |
| Parcelamentos tributários | 8.830 | 0,6 | 28,4 | 6.877 | 0,4 |
| Adiantamento de clientes | 6.407 | 0,4 | 31,8 | 4.860 | 0,3 |
| Dividendos a pagar | 10.467 | 0,7 | 475,7 | 1.818 | 0,1 |
| Outras contas a pagar | 12.699 | 0,8 | (8,0) | 13.808 | 0,9 |
| Total do passivo circulante | 277.356 | 17,6 | (35,6) | 430.506 | 27,3 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 35.912 | 2,3 | (54,2) | 78.467 | 5,0 |
| Debêntures | 496.869 | 31,5 | 0,5 | 494.335 | 31,3 |
| Passivo de arrendamento | 17.129 | 1,0 | (12,2) | 19.509 | 1,2 |
| Outras contas a pagar | 59 | - | - | 59 | - |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 18.040 | 1,1 | (26,9) | 24.680 | 1,6 |
| Parcelamentos tributários | 16.039 | 1,0 | (6,5) | 17.159 | 1,1 |
| Obrigações Tributárias | 3.442 | 0,2 | (57,4) | 8.087 | 0,5 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 163.111 | 10,3 | (4,2) | 170.253 | 10,8 |
| Total do passivo não circulante | 750.601 | 47,5 | (7,6) | 812.549 | 51,4 |
| TOTAL DO PASSIVO | 1.027.957 | 65,1 | (17,3) | 1.243.055 | 78,7 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social | 543.934 | 34,4 | 236,0 | 161.895 | 10,2 |
| Reserva de capital | 960 | 0,1 | - | 960 | 0,1 |
| Reservas de lucros | 86.501 | 5,5 | 625,8 | 11.918 | 0,8 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 154.759 | 9,2 | (5,5) | 163.704 | 9,7 |
| Prejuízos acumulados | - | - | - | (1.992) | (0,1) |
| Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora | 786.154 | 49,8 | 133,6 | 336.485 | 21,3 |
| Participação dos não controladores | 6 | - | - | 6 | - |
| Total do patrimônio líquido | 786.160 | 49,8 | 133,6 | 336.491 | 21,3 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.814.117 | 114,9 | 14,9 | 1.579.546 | 100,0 |

Passivo

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados aumentaram 14,9%, totalizando R\$ 1.814.117 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 1.579.546 mil em 31 de dezembro de 2019, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Empréstimos e financiamentos curto prazo e longo prazo

O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentou redução de 79,1% no curto prazo, totalizando R\$ 55.466 mil em 31 de dezembro de 2020, contra os R\$ 265.508 mil em 31 de dezembro de 2019, e redução de 7,0% no longo prazo, totalizando R\$ 532.781 mil em 31 de dezembro de 2020, contra R\$ 572.802 mil em 31 de dezembro de 2019. A redução no saldo de empréstimos e financiamentos é devido principalmente aos pagamentos superiores as captações no valor de R\$ 254.288 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou aumento de 21,5%, atingindo R\$ 109.095 mil em 31 de dezembro de 2020, contra os R\$ 89.820 mil em 31 de dezembro de 2019.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Interno | 108.695 | 88.679 |
| Externo | <u>400</u> | <u>1.141</u> |
| Total fornecedores | <u>109.095</u> | <u>89.820</u> |

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários teve uma redução de 26,9%, atingindo R\$ 18.040 mil em 31 de dezembro 2020, contra os R\$ 24.680 mil em 31 de dezembro de 2019, devido ao parcelamento de IPI no período.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão cíveis | 2.252 | 2.253 |
| Provisão trabalhistas | 5.777 | 5.725 |
| Provisão tributárias | <u>10.011</u> | <u>16.702</u> |
| Total provisões | <u>18.040</u> | <u>24.680</u> |
| Parcela do circulante | - | - |
| Parcela do não circulante | 18.040 | 24.680 |

Parcelamentos tributários circulante e não circulante

O saldo dos parcelamentos teve um aumento de 3,5%, atingindo R\$ 24.869 mil em 31 de dezembro 2020, contra os R\$ 24.036 mil em 31 de dezembro de 2019, trata-se principalmente de parcelamento de débitos de ICMS com o Estado de São Paulo, no montante de R\$ 3.174 (R\$ 3.371 atualizado com multa e juros) e também no parcelamento de IPI no montante de R\$ 3.548 (R\$ 4.864 atualizado com multa e juros).

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são apresentadas abaixo:



RANI
B3 LISTING

Reservas de lucros

A reserva de ativos biológicos foi criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 86.501 mil.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes da realização do custo atribuído, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 154.759 mil, comparado a R\$ 163.704 mil em 31 de dezembro de 2019.

Capital Social

O capital social da Companhia aumentou de R\$161.895 mil em 31 dezembro de 2010 para R\$ 566.895 mil em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961 mil é de R\$ 543.934 mil.

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo



| ATIVO (em milhares de R\$) | 31.12.2019 | av% | ah% | 31.12.2018 | av% |
|--|-------------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 80.822 | 5,1 | (38,9) | 132.219 | 8,7 |
| Bancos conta vinculada | 29.165 | 1,8 | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 162.252 | 10,3 | (3,8) | 168.705 | 11,1 |
| Estoques | 76.845 | 4,9 | 6,9 | 71.859 | 4,7 |
| Tributos a recuperar | 79.421 | 5,0 | 1.482,7 | 5.018 | 0,3 |
| Outros ativos | 33.779 | 2,1 | 281,9 | 8.845 | 0,6 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 41.580 | 2,6 | 100,0 | - | - |
| Total do ativo circulante | 503.864 | 31,8 | 30,3 | 386.646 | 25,3 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 1.576 | 0,1 | (27,3) | 2.168 | 0,1 |
| Tributos a recuperar | 76.911 | 4,9 | 1.927,7 | 3.793 | 0,2 |
| Depósitos Judiciais | 952 | 0,1 | (24,0) | 1.253 | 0,1 |
| Outros ativos | 1.951 | 0,1 | (28,5) | 2.727 | 0,2 |
| Propriedade para investimento | 5.575 | 0,4 | 64,1 | 3.398 | 0,2 |
| Ativos biológicos | 154.518 | 9,8 | (17,2) | 186.600 | 12,2 |
| Imobilizado | 669.785 | 42,4 | (17,2) | 809.353 | 53,0 |
| Direito de uso de ativos | 22.425 | 1,4 | 100,0 | - | - |
| Intangível | 141.989 | 9,0 | 8,6 | 130.726 | 8,6 |
| Total do ativo não circulante | 1.075.682 | 68,2 | (5,6) | 1.140.018 | 74,7 |
| TOTAL DO ATIVO | 1.579.546 | 100,0 | 3,5 | 1.526.664 | 100,0 |

Os ativos totais consolidados da Companhia aumentaram em 3,5%, totalizando R\$ 1.579.546 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 1.526.664 mil em 31 de dezembro de 2018, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de Caixa

(em milhares de R\$)

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Fundo fixo | 27 | 32 |
| Bancos | 14.336 | 27.111 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 66.459 | 105.076 |
| Total caixa e equivalentes de caixa | 80.822 | 132.219 |

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de 38,9%, totalizando R\$ 80.822 mil em 31 de dezembro de 2019, contra os R\$ 132.219 mil em 31 de dezembro de 2018, justificado, principalmente pelo caixa usado nas atividades de financiamentos.

Bancos Conta Vinculada

O saldo de bancos conta vinculada é referente aos depósitos em aplicações financeiras junto ao Banco Itaú BBA no montante de R\$ 29.165 mil, cujos recursos serão utilizados para Resgate Antecipado Obrigatório da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais emitidas em 07 de novembro de 2019 conforme nota explicativa nº 17, atualizados por 96,7% do CDI

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Banco Itaú | 29.165 | - |
| Total bancos conta vinculada | <u>29.165</u> | <u>-</u> |
| Parcela do circulante | 29.165 | - |
| Parcela do não circulante | - | - |

Contas a receber de clientes Circulante e não Circulante

As contas a receber de clientes da Companhia reduziram 4,12%, totalizando R\$ 163.828 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 170.873 mil em 31 de dezembro de 2018.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a receber de: | | |
| Clientes - mercado interno | 155.246 | 154.327 |
| Clientes - mercado externo | 25.004 | 25.303 |
| Clientes - renegociação | 12.992 | 15.259 |
| Total contas a receber | <u>193.242</u> | <u>194.889</u> |
| Perdas estimadas em contas a receber de clientes | <u>(29.414)</u> | <u>(24.016)</u> |
| Total contas a receber líquido de provisão | <u>163.828</u> | <u>170.873</u> |
| Parcela do circulante | 162.252 | 168.705 |
| Parcela do não circulante | 1.576 | 2.168 |

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor. A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:



| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 145.730 | 152.785 |
| Vencidos até 30 dias | 9.363 | 8.803 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 2.486 | 3.769 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 1.513 | 2.274 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 2.753 | 1.505 |
| Vencidos há mais de 180 dias | 31.397 | 25.753 |
| | <u>193.242</u> | <u>194.889</u> |

Estoques

Os estoques da Companhia totalizaram R\$ 76.845 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 71.859 mil em 31 de dezembro de 2018, registrando estabilidade. A Diretoria Estatutária da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

| (em milhares de R\$) | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Produtos acabados | 32.926 | 31.626 |
| Materiais de produção | 21.879 | 18.792 |
| Materiais de consumo | 23.758 | 20.925 |
| Outros estoques | 690 | 516 |
| Total estoques | <u>79.253</u> | <u>71.859</u> |
| Redução ao valor realizável líquido | <u>(2.408)</u> | <u>-</u> |
| Total estoques líquido de redução ao valor realizável líquido | <u>76.845</u> | <u>71.859</u> |

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar da Companhia totalizaram R\$ 156.332 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 8.811 mil em 31 de dezembro de 2018, os créditos de PIS e COFINS são basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos relacionados ao processo 2006.34.00.035946-0 (Irani Papel e Embalagem S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 143.157 (R\$ 81.282 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69.



(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.19</u> | <u>31.12.18</u> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| ICMS | 6.281 | 4.664 |
| PIS/COFINS | 148.244 | 2.541 |
| IPI | 299 | 105 |
| Imposto de renda | 272 | 397 |
| Contribuição social | 345 | 258 |
| IRRF s/ aplicações | 648 | 821 |
| Outros | 243 | 25 |
| | <u>156.332</u> | <u>8.811</u> |
| Parcela do circulante | 79.421 | 5.018 |
| Parcela do não circulante | 76.911 | 3.793 |

Outros ativos

Os outros ativos da Companhia totalizaram R\$ 35.730 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 11.572 mil em 31 de dezembro de 2018, a principal variação de saldo refere-se ao saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, originado da operação de venda Imóveis Rurais.

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda da Companhia totalizaram R\$ 41.580 mil em 31 de dezembro de 2019, O ativo mantido para venda refere-se a máquinas e equipamentos, prédios e terrenos que fazem parte da planta da embalagem Vila Maria que foi descontinuada em 2019.

Ativo Biológico

Os ativos biológicos diminuíram 17,2%, principalmente em virtude da venda de florestas para a CMPC, totalizando R\$ 154.518 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 186.600 mil em 31 de dezembro de 2018 e compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

Os saldos dos ativos biológicos foram atualizados a valor justo, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo de formação dos ativos biológicos | 70.719 | 89.122 |
| Diferencial do a valor justo ativos biológicos | <u>83.799</u> | <u>97.478</u> |
| Total ativo biológico | <u>154.518</u> | <u>186.600</u> |



RANI
B3 LISTING

Imobilizado

O imobilizado da Companhia totalizaram R\$ 669.785 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 809.353 mil em 31 de dezembro de 2018 as principais variações estão na baixa por *impairment* e mantidos para venda da Embalagem SP Vila Maria (descontinuada em 2019), baixa por alienações referente a venda de terras para a Rio Negro.

Passivo e Patrimônio Líquido



| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2019 | av% | ah% | 31.12.2018 | av% |
|---|-------------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|
| (em milhares de R\$) | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 247.316 | 15,7 | (13,9) | 287.378 | 18,8 |
| Debêntures | 18.192 | 1,2 | - | - | - |
| Passivo de arrendamento | 2.888 | 0,2 | - | - | - |
| Fornecedores | 89.820 | 5,7 | (5,5) | 95.085 | 6,2 |
| Obrigações sociais e previdenciárias | 29.649 | 1,9 | (3,1) | 30.583 | 2,0 |
| Obrigações tributárias | 15.004 | 0,9 | (6,2) | 16.000 | 1,0 |
| IR e CSLL a pagar | 274 | - | (31,3) | 399 | - |
| Parcelamentos tributários | 6.877 | 0,4 | 5,9 | 6.493 | 0,4 |
| Adiantamento de clientes | 4.860 | 0,3 | 247,4 | 1.399 | 0,1 |
| Dividendos a pagar | 1.818 | 0,1 | (67,2) | 5.543 | 0,4 |
| Outras contas a pagar | 13.808 | 0,9 | 24,8 | 11.061 | 0,7 |
| Total do passivo circulante | 430.506 | 27,3 | (5,2) | 453.941 | 29,7 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 78.467 | 5,0 | (85,4) | 537.588 | 35,2 |
| Debêntures | 494.335 | 31,3 | - | - | - |
| Passivo de arrendamento | 19.509 | 1,2 | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 59 | - | (86,5) | 438 | - |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 24.680 | 1,6 | 5,9 | 23.306 | 1,5 |
| Parcelamentos tributários | 17.159 | 1,1 | (24,5) | 22.725 | 1,5 |
| Obrigações Tributárias | 8.087 | 0,5 | (24,6) | 10.731 | 0,7 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 170.253 | 10,8 | (0,2) | 170.541 | 11,2 |
| Total do passivo não circulante | 812.549 | 51,4 | 6,2 | 765.329 | 50,1 |
| TOTAL DO PASSIVO | 1.243.055 | 78,7 | 2,0 | 1.219.270 | 79,9 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social | 161.895 | 10,2 | - | 161.895 | 10,6 |
| Reserva de capital | 960 | 0,1 | - | 960 | 0,1 |
| Reservas de lucros | 11.918 | 0,8 | (81,8) | 65.625 | 4,3 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 163.704 | 10,4 | 107,5 | 78.906 | 5,2 |
| Prejuízos acumulados | (1.992) | (0,1) | (100,0) | - | - |
| Patrimônio líquido atribuível aos | | | | | |
| acionistas da controladora | 336.485 | 21,3 | 9,5 | 307.386 | 20,1 |
| Participação dos não controladores | 6 | - | (25,0) | 8 | - |
| Total do patrimônio líquido | 336.491 | 21,3 | 9,5 | 307.394 | 20,1 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.579.546 | 100,0 | 3,5 | 1.526.664 | 100,0 |

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados aumentaram 3,5%, totalizando R\$ 1.579.546 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 1.526.664 mil em 31 de dezembro de 2018, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Empréstimos, financiamentos e debêntures curto prazo e longo prazo

O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentou redução de 7,6% no curto prazo, totalizando R\$ 265.508 mil em 31 de dezembro de 2019, contra os R\$ 287.378 mil em 31 de dezembro de 2018, e redução de 6,6% no longo prazo, totalizando R\$ 572.802 mil em 31 de dezembro de 2019, contra R\$ 537.588 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento no saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures é principalmente devido ao reconhecimento de juros maiores que os pagamentos líquidos de captações no valor de R\$ 13.344 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou redução de 5.5%, atingindo R\$ 89.820 mil em 31 de dezembro de 2019, contra os R\$ 95.085 mil em 31 de dezembro de 2018.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | |
| Interno | 88.679 | 94.533 |
| Externo | 1.141 | 552 |
| Total fornecedores | <u>89.820</u> | <u>95.085</u> |

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários teve um aumento de 5,9%, atingindo R\$ 24.680 mil em 31 de dezembro 2019, contra os R\$ 23.306 mil em 31 de dezembro de 2018, o aumento foi principalmente por atualização de juros sobre contingências tributarias.

(em milhares de R\$)

| | <u>31.12.2019</u> | <u>31.12.2018</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão cíveis | 2.253 | 1.635 |
| Provisão trabalhistas | 5.725 | 6.874 |
| Provisão tributárias | <u>16.702</u> | <u>14.797</u> |
| Total provisões | <u>24.680</u> | <u>23.306</u> |
| Parcela do circulante | - | - |
| Parcela do não circulante | 24.680 | 23.306 |

Parcelamentos tributários circulante e não circulante

O saldo dos parcelamentos teve uma redução de 17,7%, atingindo R\$ 24.036 mil em 31 de dezembro 2019, contra os R\$ 29.218 mil em 31 de dezembro de 2018, trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantinha provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu

parcelamento. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 mil (R\$ 31.349 mil atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são apresentadas abaixo:

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva estatutária de ativos biológicos, Reserva de retenção de lucros e Reserva de Incentivos Fiscais.

A reserva de ativos biológicos foi criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 11.918 mil.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes da realização do custo atribuído, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 163.704 mil, comparado a R\$ 78.906 mil no mesmo período de 2018. A variação foi principalmente devido a liquidação de *hedge accounting* no valor de R\$ 108.691 mil.

h.3) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em milhares de R\$)

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 80.822 | 132.219 |
| Atividades operacionais | 196.291 | 107.829 |
| Atividades de investimento | (330.068) | (82.260) |
| Atividades de financiamento | <u>107.215</u> | <u>(76.966)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | <u><u>54.260</u></u> | <u><u>80.822</u></u> |

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R\$ 196.291 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 107.829 mil para o mesmo período de 2019, principalmente devido a maior utilização de impostos a recuperar no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou aplicação de caixa de R\$ 330.068 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e, apresentou aplicação de caixa de R\$ 82.260 mil no mesmo período de 2019. A variação nas atividades de investimentos para os períodos em análise é apresentada principalmente devido ao aumento nas aplicações financeiras no valor de R\$ 291.972 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Atividades de financiamento

A companhia gerou caixa oriundo de financiamento no valor de R\$ 107.215 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e aplicou caixa no valor de R\$ 76.966 mil no mesmo período de 2019. Principalmente devido ao recebimento do valor da oferta restrita de ações no montante líquido dos custos com emissões de ações no valor de R\$ 382.039 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(em milhares de R\$)

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|----------------------|-----------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 132.219 | 76.949 |
| Atividades operacionais | 107.829 | 136.666 |
| Atividades de investimento | (82.260) | (53.483) |
| Atividades de financiamento | <u>(76.966)</u> | <u>(27.913)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | <u><u>80.822</u></u> | <u><u>132.219</u></u> |

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R\$ 107.829 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 136.666 mil para o mesmo período de 2018, com um decréscimo na geração de fluxo de caixa das atividades operacionais de R\$ 28.837 mil. Principalmente devido ao aumento de saldos de estoques em R\$ 7.687 mil e a diminuição de saldo de fornecedores em R\$ 23.413 mil.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou aplicação de caixa de R\$ 82.260 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, apresentou aplicação de caixa de R\$ 53.483 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação nas atividades de investimentos para os períodos em análise é apresentada principalmente devido ao aumento de saldo de banco conta vinculada no valor de R\$ 37.255 mil.

Atividades de financiamento

A companhia aplicou caixa oriundo de financiamento no valor de R\$ 76.966 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aplicou caixa no valor de R\$ 27.913 mil no mesmo período de 2018. Principalmente devido a pagamentos de empréstimos e debêntures no valor de R\$ 763.469

mil, a emissão de debêntures no valor de R\$ 493.609 mil e a captações de empréstimos no valor de R\$ 200.512 mil.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Empapel, nova denominação da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (“ABPO”) registrou aumento na expedição para 3.815 milhões de toneladas de papelão ondulado no exercício social findos em 31 de dezembro de 2020. O desempenho do volume de vendas do Mercado IRANI, em toneladas, apresentou aumento de 8,5% ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento do volume de vendas em toneladas deve-se á forte demanda do segmento no período e também à boa performance das operações industriais. Em toneladas, a participação de mercado da IRANI no segmento de Embalagem de Papelão Ondulado foi de 4,1% ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2020 e 4,0% no mesmo período de 2019. A receita operacional líquida ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.029.605 mil, crescimento de 14,6% quando comparado ao mesmo período de 2019 refletindo principalmente o aumento no volume de vendas nos segmentos Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado. No mercado interno, a receita operacional líquida foi de R\$ 844.560 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e mostrou aumento de 15,7% quando comparada ao período de 2019. Ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, o resultado líquido foi de R\$ 92.761 mil de lucro em comparação a R\$ 79.592 mil de prejuízo no mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que impactaram no resultado líquido foram o crescimento da receita líquida de vendas, a variação positiva do valor justo dos ativos biológicos e a melhor margem das exportações em função da valorização do Dólar e do Euro frente ao Real. O EBITDA Ajustado Total ao final do exercício social findos em 31 de dezembro de 2020 foi apurado em R\$ 225.881 mil, 5,3% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior de R\$ 214.484 mil, impactado principalmente em função da melhor performance das margens anuais. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total foi de 1,07 vezes para o exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, 9,4% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 55.466 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante consolidados) totalizavam R\$ 346.232 mil.

A Empapel registrou aumento na expedição para 3.602.588 toneladas de papelão ondulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, quando a expedição foi de 3.546.130 toneladas. O desempenho do volume de vendas do Mercado Irani, em toneladas, apresentou redução de 9,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução do volume de vendas em toneladas deveu-se ao encerramento das atividades de produção na Embalagem SP Vila Maria, ocorrido no segundo semestre de 2019. Em toneladas, a participação de mercado da Irani no segmento de Embalagem de Papelão Ondulado foi de 4,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 5,1% no mesmo período de 2018. A receita operacional líquida da operação continuada no exercício social encerrado em 31 de



dezembro de 2019 foi de R\$ 898.779 mil, crescimento de 12,5% quando comparado ao mesmo período de 2018, refletindo a melhor performance da receita no mercado interno. No mercado interno, a receita operacional líquida foi de R\$ 730.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e mostrou aumento quando comparada ao período de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado líquido da operação continuada foi de R\$ 26.456 mil de lucro em comparação a R\$ 27.211 mil no mesmo período do ano anterior. O resultado das operações continuadas exclui o resultado e o *impairment* da fábrica de Embalagem SP Vila Maria, encerrada no 3T19, e que tinha performance inferior as demais unidades. O resultado de 2019 também foi impactado positivamente: i) pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em função do trânsito em julgado de decisão judicial favorável a Companhia no montante de R\$ 143,1 milhões, ii) pela venda de ativos florestais e de terras não estratégicos no montante de R\$ 92,0 milhões, iii) pelo reconhecimento de IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 34,5 milhões; e foi impactado negativamente pela i) realização de *hedge accounting* em função do pagamento de dívidas denominadas em dólar no montante de R\$ 161,7 milhões e ii) por custos de pré-pagamento de dívidas em função da reestruturação das dívidas da Companhia no montante de R\$ 42,1 milhões. Considerando-se o resultado líquido negativo da operação descontinuada, o resultado líquido da Companhia em 2019 foi negativo R\$ 79,6 milhões. O EBITDA Ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi apurado em R\$ 228,2 milhões, 2,9% inferior ao apurado no mesmo período do ano anterior de R\$ 234,9 milhões, o qual foi impactado positivamente pelo reconhecimento de venda de floresta através do Contrato de Compra e Venda de Florestas celebrado com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda.. O EBITDA de 2019 foi impactado positivamente pela venda de florestas da Companhia localizadas no estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$ 39,0 milhões. Considerando-se a geração de EBITDA negativa da operação descontinuada o EBITDA Ajustado Total em 2019 foi de R\$ 214,5 milhões. A dívida bruta em 2018 era de R\$ 824.966 mil e aumentou para R\$ 838.310 mil em 2019. Já a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total foi de 3,40 vezes em 31 de dezembro de 2019, contra 3,12 vezes no final de 2018. O EBITDA de 2018 foi impactado positivamente pelo reconhecimento de venda de florestas através do Contrato de Compra e Venda de Florestas celebrado com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. Considerando excluir da dívida líquida os valores que serão recebidos nos próximos meses, referente a: i) Créditos de PIS e da COFINS no montante de R\$ 143,1 milhões; ii) Venda das terras e florestas no montante a receber de R\$ 25,0 milhões; iii) Venda do imóvel da Embalagem SP - Vila Maria, com saldo a receber no montante de R\$ 40,2 milhões, resultaria na Dívida Líquida Proforma de R\$ 520,0 milhões e considerando-se o EBITDA Ajustado de R\$ 228,2 milhões, a alavancagem proforma seria de 2,28 vezes. Em 31 de dezembro de 2019, 32% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 265.508 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante consolidados) totalizavam R\$ 109.987 mil.

A Empapel registrou aumento na expedição de 3.546.130 toneladas de papelão ondulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017, quando a expedição foi de 3.501.895. O desempenho do volume de vendas do Mercado Irani, em toneladas, apresentou redução de 5,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução do volume de vendas em toneladas deveu-se ao encerramento de um turno de produção na Embalagem SP Vila Maria ocorrido no segundo semestre de 2018. Em toneladas, a participação de mercado da Irani no segmento de Embalagem de Papelão Ondulado foi de 5,1% no exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 5,5% no mesmo período de 2017. A receita operacional líquida da operação continuada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 799.159 mil, crescimento de 13,9% quando comparado ao mesmo período de 2017, refletindo a melhor performance da receita no mercado externo dos segmentos Papel para Embalagem e Florestal RS e Resinas. No mercado interno, a receita operacional líquida foi de R\$ 629.048 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e mostrou aumento quando comparada ao período de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado líquido da operação continuada foi de R\$ 27.211 mil de lucro em comparação a R\$ (65.488) mil de prejuízo no mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que impactaram no resultado líquido foram o aumento da receita no período comparativo a 2017 e a melhor performance em custos e despesas. Também foi melhor quando comparado a 2017 onde houve reconhecimento adicional de provisões tributárias, perdas no recebimento de créditos e não reconhecimento dos impostos e contribuições ativos sobre prejuízo fiscal do exercício. O EBITDA Ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi apurado em R\$ 234,9 milhões, 39,5% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior de R\$ 168,4 milhões, o qual foi impactado positivamente pelo reconhecimento de venda de florestas através do Contrato de Compra e Venda de Florestas celebrado com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. O EBITDA de 2018 reflete o retorno da geração de caixa aos níveis normais após o período de recessão. O EBITDA Ajustado Total da Companhia em 2018 foi de R\$ 222,2 milhões. A dívida bruta em 2017 era de R\$ 813.315 mil aumentou para R\$ 824.966 mil em 2018. Já a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Total foi de 3,12 vezes em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, 35% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 287.378 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante consolidados) totalizavam R\$ 132.219 mil.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria Estatutária da Companhia correspondentes à análise dos impactos de itens tais como: exposição cambial, taxas de câmbio e inflação:

Impacto da variação da taxa de câmbio

A condição financeira e os resultados das operações da Companhia foram até o exercício de 2019 afetados pela taxa de câmbio do Real frente ao dólar dos EUA, tendo em vista que parte significativa das dívidas da Companhia era denominada em dólares dos EUA e, portanto, os respectivos pagamentos de principal e juros devem ser realizados em dólares dos EUA. Durante o ano de 2019 foram tomadas diversas ações para alongar o perfil do endividamento e para reduzir a alavancagem financeira, adequando a estrutura de capital da Companhia. A principal ação em relação ao perfil da dívida foi a emissão de debêntures verdes com prazo final de 6 anos e 4 anos de carência, em reais, e que foi em boa parte utilizada para pré-pagamento de operações denominadas em dólares dos EUA.

A tabela abaixo mostra a cotação cambial ao final de cada um dos períodos.

| | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Cotação ao final do período – US\$ 1,00 | 5,20 | 4,03 | R\$ 3,87 |

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, essas operações apresentam exposição ativa líquida em 31 de dezembro de 2020 e exposição passiva líquida consolidada conforme o quadro abaixo.

| Dados consolidados (em R\$ mil) | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2019</u> |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Contas a receber | 22.875 | 25.004 |
| Adiantamento de clientes | (2.468) | (4.796) |
| Fornecedores | (400) | (1.141) |
| Empréstimos e financiamentos | (21.506) | (23.720) |
| Exposição líquida | <u><u>(1.499)</u></u> | <u><u>(4.653)</u></u> |

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 45,9%. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 2,83%. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 3,66%. Desta forma, quando o Real se valoriza em relação ao dólar dos EUA:

- os custos de juros das dívidas da Companhia denominadas em dólares dos EUA diminuí em Reais, e tal diminuição afeta positivamente o resultado de nossas operações em Reais;
- o valor de nossas dívidas denominadas em dólares dos EUA diminuí em Reais, e o valor total de nossas dívidas diminuí em Reais;
- nossas despesas financeiras líquidas tendem a diminuir como resultado dos ganhos com variação cambial incluídos em nossos resultados.

A depreciação do dólar dos EUA contra o Real tem efeito contrário.

Risco de exposição cambial

| Operação | Saldo 31.12.20 US\$ | Cenário base Ganho (perda) | | Cenário adverso Ganho (perda) | | Cenário remoto Ganho (perda) | |
|---|------------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------|
| | | Taxa | R\$ | Taxa | R\$ | Taxa | R\$ |
| Ativos | | | | | | | |
| Contas a receber e Bancos conta vinculada | 4.402 | 5,19 | (37) | 6,49 | 5.672 | 7,78 | 11.384 |
| Passivos | | | | | | | |
| Fornecedores e Adiantamento de clientes | (552) | 5,19 | 5 | 6,49 | (711) | 7,78 | (1.427) |
| Empréstimos e financiamentos | (4.138) | 5,19 | 35 | 6,49 | (5.332) | 7,78 | (10.701) |
| Efeito líquido | | | <u><u>3</u></u> | | <u><u>(371)</u></u> | | <u><u>(744)</u></u> |

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2020 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa

Impacto da variação de taxas de juros

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e EURIBOR (The Euro Interbank Offered Rate).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

- 1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2020). A TJLP é extraída do BNDES. Para EURIBOR são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.
- 2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.
- 3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

| Risco de taxa de juros Operação | Indexador | Saldo 31.12.20 | Cenário base Ganho (perda) | | Cenário adverso Ganho (perda) | | Cenário remoto Ganho (perda) | |
|--------------------------------------|-----------|----------------|-------------------------------|--------------|----------------------------------|----------------|---------------------------------|----------------|
| | | | Taxa % a.a | R\$ | Taxa % a.a | R\$ | Taxa % a.a | R\$ |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | |
| CDB | CDI | 341.788 | 1,98% | 288 | 2,48% | 2.071 | 2,97% | 3.854 |
| Captações | | | | | | | | |
| Capital de Giro | CDI | (574.729) | 1,98% | (495) | 2,48% | (3.559) | 2,97% | (6.622) |
| Finame | TLP | (777) | 4,39% | 1 | 5,49% | (7) | 6,59% | (16) |
| Finame | SELIC | (124) | 1,98% | - | 2,48% | (1) | 2,97% | (1) |
| Efeito Líquido no Resultado | | | | <u>(206)</u> | | <u>(1.496)</u> | | <u>(2.785)</u> |

Inflação

O Brasil tem historicamente experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram 3,7% em 31 de dezembro de 2018, 4,31% em 31 de dezembro de 2019 e 4,52% em 31 de dezembro de 2020 de acordo com Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente influenciar os resultados operacionais apresentados pela Companhia.

Impacto da variação de preços de papel e embalagem

A demanda dos produtos da Companhia está diretamente relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Desta forma os preços dos principais produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos às variações da demanda no cenário interno. Aumentos significativos nos preços dos produtos da Companhia e, por conseqüência, nos preços que esta consegue cobrar, provavelmente devem aumentar a receita líquida da Companhia e seus resultados operacionais na medida em que a Companhia consiga manter suas margens operacionais e o aumento de preços não reduza o volume de vendas. Por outro lado, reduções significativas nos preços dos produtos da Companhia e, conseqüentemente, nos preços que a Companhia pode cobrar por seus produtos, provavelmente devem diminuir a receita líquida e resultado das operações da Companhia caso esta não consiga aumentar suas margens operacionais e a redução de preços não aumente o volume de vendas. Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os preços médios dos principais produtos comercializados pela Companhia apresentaram-se da seguinte forma:

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 | 31.12.2018 | Var. 2020 x 2019 | Var. 2019 x 2018 |
|--|------------|------------|------------|------------------|------------------|
| Preços médios Segmento Papel para Embalagem (R\$/ton) | | | | | |
| - Papéis para embalagens rígidas (R\$/ton) | R\$ 2.520 | R\$ 2.291 | R\$ 2.264 | +10,0% | +1,2% |
| - Papéis para embalagens flexíveis (R\$/ton) | R\$ 4.099 | R\$ 3.860 | R\$ 3.591 | +6,2% | +7,5% |

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 | 31.12.2018 | Var. 2019 x 2018 | Var. 2018 x 2017 |
|---|------------|------------|------------|------------------|------------------|
| Preços médios Segmento Embalagem Papelão Ondulado (R\$/ton) | R\$ 4.553 | R\$ 4.272 | R\$ 4.005 | +6,6% | +5,9% |

Fonte: Irani

Impacto da variação de preços dos principais insumos

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo da Companhia são celulose (fibra virgem) e aparas de papelão (reciclado). Uma grande parte da celulose (fibra virgem) consumida pela Companhia é produzida em suas próprias propriedades. Desta forma, o impacto de uma possível variação no seu preço é minimizado. As aparas de papelão, todavia, são adquiridas no mercado. Estas estão sujeitas a variações adversas nos preços ou até mesmo falta no mercado, o que pode afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2020, 2019 e, 2018 os preços médios das aparas de papelão adquiridas pela Companhia foram de:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Preços médios das aparas (R\$/ton) | 813 | 697 | 659 |

Fonte: Irani

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. No exercício de 2019 a Companhia encerrou as atividades na Embalagem SP Vila Maria, a qual fazia parte do Segmento Embalagem de Papelão Ondulado que agora passa a operar com duas unidades, uma em Vargem Bonita, SC, e uma em Indaiatuba, SP.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Na controlada Iraflor Comércio de Madeira Ltda., em 2018, foram aportadas florestas no valor de R\$ 5.030 mil em 2019 não houve aporte e em 2020 foram aportadas florestas no valor de R\$ 10.044 mil.

Na controlada Habitasul Florestal S.A., em 2018 a Companhia capitalizou o adiantamento para futuro aumento de capital do ano de 2017 no valor de R\$ 20.098 mil e também aportou capital em moeda corrente no valor de R\$ 2.200 mil, em 2019 e em 2020 a Companhia realizou novos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 9.000 mil e R\$ 8.000 mil respectivamente, em 2020 a Companhia capitalizou os adiantamentos para futuro aumento de capital dos exercícios de 2019 e 2020 no valor de R\$ 17.000 mil. Também em novembro de 2019, a Companhia aprovou cisão parcial e incorporação pela controladora de ativos da controlada Habitasul Florestal S.A., no valor de R\$ 68.536.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos três anos, salvo pelo impacto do COVID-19 mencionado abaixo.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, que pudessem gerar efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras. No exercício de 2020 a Companhia adotou as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2020 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação: CPC 06/ IFRS 16 – alteração – concessões de aluguel relacionados à COVID-19. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8). No exercício de 2019 a Companhia adotou os procedimentos requeridos pelo IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil). A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 01/01/2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. No exercício de 2018 a Companhia adotou os procedimentos requeridos pelo IFRS 9 - Instrumentos financeiros. A adoção do IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e a instrumentos financeiros derivativos.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2020 a Companhia adotou as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2020 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação: CPC 06/ IFRS 16 – alteração – concessões de aluguel relacionados à COVID-19. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8). No exercício de 2019 a Companhia adotou ou procedimentos requeridos pelo IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil). A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 01/01/2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 houve ressalva nos pareceres da auditoria externa. O objeto de ressalva nos relatórios decorre do entendimento dos auditores independentes no sentido de que não foram atendidos em sua totalidade

os requerimentos do Pronunciamento Contábil CPC 30 (R1) – Receitas (equivalente ao IAS 18) para reconhecimento de receita. A Companhia e a sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. (Iraflor) celebraram com terceiro, no ano de 2016, Contrato de Compra e Venda de Floresta, por meio do qual a Companhia vendeu 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500 mil, tendo a compradora outorgada opções de recompra integral das respectivas florestas, que podem ser exercidas anualmente, pelo período de 11 anos, por valor fixo determinado em contrato e corrigido pelo IPCA (“Transação Venda Florestas 2016”). A Companhia exerceu as opções de compra de 2016 a 2018, sendo que estas somavam aproximadamente 1.650 hectares de florestas. Em 21 de junho de 2018, as demais opções de compra foram rescindidas, inclusive a opção exercida de 2018, não permanecendo nenhuma opção de compra válida a partir desta data. Na referida transação, a Companhia reconheceu em 2016 outras receitas no montante de R\$ 55.500 mil e custo destas receitas, referente a baixa das respectivas florestas (classificadas como ativo biológico), no montante de R\$ 51.845 mil.

Em 06 de fevereiro de 2020, a Companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), através do Ofício nº 11/2020/CVM/SEP/GEA-5, referente ao Processo Administrativo SEI nº 19957.005258/2018-69 instaurado no respectivo órgão, a solicitação de reapresentação da respectiva transação, tendo em vista que a operação não atendeu aos critérios para reconhecimento da receita, conforme estabelecidos pela norma contábil vigente na data da transação (CPC 30(R1)/IAS 18).

No referido Ofício, o órgão regulador destaca que a transação não atendeu aos critérios de reconhecimento da receita, tendo em vista que a receita deveria ser reconhecida quando houvesse a transferência dos riscos e benefícios substanciais inerentes à propriedade dos bens, ausência de envolvimento continuado relacionado à propriedade e ausência de efetivo controle pelo adquirente sobre o bem objeto da transação de venda. A conclusão da CVM, conforme Ofício nº 11/2020/CVM/SEP/GEA-5, foi de que na essência, a transação deveria ter sido considerada desde sua origem como uma transação financeira com os ativos dados em garantia. Desta forma, a CVM solicitou à Companhia o ajuste retrospectivo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reapresentando as demonstrações financeiras dos exercícios findos de 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 devido à retificação de erro, em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo de 2019.

Posteriormente, em 09 de abril de 2020, por meio do Ofício nº 45/2020/CVM/SEP/GEA-5, a CVM solicitou manifestação da Companhia a respeito das demonstrações financeiras dos exercícios de 2016 e 2017, que foram reapresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício de 2019, e que não foram auditadas tanto pelos auditores atuais quanto pelos auditores que à época prestavam serviço a Companhia.

A Companhia apresentou as devidas manifestações à CVM em 19 de abril de 2020, informando sobre as dificuldades vislumbradas pelos auditores independentes dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 em auditar novamente as demonstrações financeiras em tempo hábil, considerando o prazo de publicação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e sobre sua recusa em auditar somente os ajustes decorrentes do exercício das opções de compra de 2016 a 2018, objeto da análise da CVM,

para refletir o novo entendimento sobre a Operação. A Companhia aguarda novas solicitações ou determinações pela CVM.

Em relação às demonstrações financeiras de dezembro 2019 foi incluída uma ênfase em relação a nota explicativa 2.3. Em decorrência de terem sido reconhecidas indevidamente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 receitas e custos decorrentes do contrato de compra e venda de florestas, celebrado em 2016, cujos riscos e benefícios da propriedade do ativo biológico, sujeito a opção de compra, não tinham sido transferidos naquele exercício, os valores correspondentes relativos aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in accounting Estimates and Errors*) e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1 – *Presentation of financial statements*).

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras requer o uso, pela Diretoria Estatutária da Companhia e de suas controladas, de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos que, por sua vez, afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras estão incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das estimativas para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo, bem como a avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários diferidos, além de redução do valor recuperável de ativos. Como o julgamento da Diretoria Estatutária envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As premissas para a apuração do resultado seguem o regime de competências de exercícios incluindo rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais sobre ativos e passivos circulantes de longo prazo e eventuais efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

A Companhia reconhece a receita conforme modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste modelo compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as

receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

Os diferimentos de recolhimento de impostos concedidos pelo governo são tratados pela Companhia como subvenções governamentais sendo mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxa de juros praticada no mercado.

Adicionalmente, são aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) em conformidade com os pronunciamentos técnicos e a legislação societária brasileira.

Os princípios contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. O detalhamento completo das práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras referentes (i) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, (ii) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e (iii) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Desta forma, estão apresentados abaixo as práticas e os respectivos motivos que consideram as mesmas como críticas na avaliação da Diretoria Estatutária da Companhia.

a) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

a) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando

concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Sendo assim, a Administração da Companhia considera as práticas contábeis utilizadas no ativo imobilizado como prática crítica, uma vez que a mesma depende de estimativas e ainda, uma vez que o Ativo Imobilizado é item representativo no seu ativo total.

c) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 16.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. No exercício de 2019 foram identificados e reconhecidos valores de *impairment* referente a operação descontinuada. A Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

e) Imposto de renda e contribuição social (diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não detém outros ativos e passivos relevantes, bem como qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados ou evidenciados em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, dado que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 que alterem, ou que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras e/ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, dado que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 que alterem, ou que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras e/ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i) Investimentos

Os investimentos consolidados realizados contabilmente nos três últimos exercícios sociais apresentaram-se como segue:

| (em R\$ mil) | 31.12.2020 | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Terrenos | - | 2.456 | 21 |
| Prédios e Construções | 5.377 | 127 | 79 |
| Equipamento e Instalações | 46.615 | 48.501 | 37.363 |
| Florestamento e reflorestamento | 16.564 | 16.737 | 13.760 |
| Intangível | 4.175 | 17.232 | 20.544 |
| Total | 72.731 | 85.053 | 71.767 |

Os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram basicamente direcionados para manutenção e melhorias das máquinas e equipamentos, melhoria das estruturas físicas da Companhia e reflorestamento. O investimento realizado em 2018 que merece destaque foi à implantação do sistema SAP S/4HANA, que é um importante passo na melhoria da governança e na jornada de transformação digital da Companhia, que visa obter maior eficiência, produtividade e competitividade nos seus negócios. Em 2018 também ocorreu o investimento com a aquisição de uma impressora para Embalagem SP Indaiatuba.

Os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram basicamente direcionados para manutenção e melhorias das máquinas e equipamentos, melhoria das estruturas físicas da Companhia e reflorestamento. Também em 2019 foi realizado investimento da segunda onda de implantação do sistema SAP S/4HANA, onde foram implementadas soluções complementares que tem por objetivo habilitar a Companhia para a jornada de transformação digital.

Os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram



basicamente direcionados para manutenção e melhorias das máquinas e equipamentos, melhoria das estruturas físicas da Companhia e reflorestamento.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, passíveis de financiamento, tiveram como fonte instituições financeiras locais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia. Os investimentos futuros serão financiados por capital próprio da Companhia, financiamentos ou ainda outra forma de captação, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia, incluindo, sem limitar, a emissão pública de ações realizada no exercício de 2020.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como não existem desinvestimentos relevantes previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não ocorreram nos exercícios de 2018, 2019 e de 2020, aquisições de novas plantas, grandes equipamentos ou outros que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Os Diretores da Companhia informam que não foram lançados novos produtos e serviços nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Impactos da pandemia da COVID-19 condições financeiras da Companhia

O exercício de 2020 foi marcado pela eclosão da síndrome aguda respiratória grave COVID-19, ou Coronavírus, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

As operações industriais da Companhia seguiram em ritmo normal de produção e comercialização e a Administração avalia periodicamente as medidas de enfrentamento ao Coronavírus. Continuam sendo tomadas todas as medidas necessárias para minimizar ao máximo o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares.

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional. Da mesma forma as projeções não apresentam qualquer indicativo de necessidade de reconhecimento de *impairment* por recuperabilidade de seus ativos imobilizados ou para o *Goodwill* gerado em combinação de negócios.

Também não foram identificados indicativos de necessidade de alteração das premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos Ativos Biológicos da Companhia, em especial a taxa de desconto dos seus fluxos de caixa projetados.

Ainda, a Companhia vem mantendo avalições de prorrogações pontuais conforme as solicitações específicas de cada cliente, e não identificou nenhum indicativo de não recebimento ou perdas diferentes das premissas anteriormente adotadas. Em relação a cadeia de suprimentos também não foi identificado qualquer indicativo de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar a cadeia produtiva por falta de insumos e matérias primas.

Medidas adotadas pela Companhia

Desde o início da crise sanitária, a Companhia adotou as mais rigorosas normas de higiene e segurança para continuar produzindo insumos que são essenciais neste momento. Ciente da importância para as comunidades onde atua e o do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Irani também participou de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões onde a empresa possui operações, como:

- Investimento de cerca de R\$200mil para compra de mais de 38mil EPIs como luvas, máscaras, álcool gel, avental e touca para doação aos órgãos de saúde dos municípios do entorno de nossas unidades;
- Doação de R\$100mil ao Fundo Empresarial para Reação Articulada de Santa Catarina Contra o Coronavírus (FERA-SC), iniciativa da FIESC, que tem por objetivo a aquisição de equipamentos e soluções de combate;
- Doação de R\$30 mil para a Campanha Solidariedade aos Catadores do Brasil, promovida pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), habilitando 150 famílias cadastradas a fazerem compras de itens de necessidades básicas;
- Doação de 2 mil caixas para cliente Carzelani utilizar na doação de 1,2 milhão de litros de água sanitária, em parceria com a Unipar. O produto será utilizado na limpeza de diversos locais pelas prefeituras de São Paulo, Cubatão e Rio Grande da Serra;

Doação de 3.500 chapas de papelão ondulado para produção de caixas para transportar máscaras de proteção destinadas a médicos e enfermeiros que estavam na linha de frente do combate à COVID-19.



II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2020, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia

Em cumprimento ao artigo 9º, §1º, II da Instrução CVM 481, apresentamos as informações indicadas no Anexo 9-1-II à referida Instrução, sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, com a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos.

Proposta da Administração para Distribuição de Dividendos

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado, conforme abaixo:

| | |
|--|------------------------|
| (R\$ mil) | <u>2020</u> |
| Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício | 92.761 |
| (-) Reserva legal | (4.538) |
| Reserva de lucros realizada - ativos biológicos | 8.945 |
| Realização - custo atribuído | 3.126 |
| Prejuízo de anos anteriores | <u>(1.992)</u> |
| Lucro/ (prejuízo) base para distribuição de dividendos | <u>98.302</u> |
| Dividendo mínimo obrigatório | <u>24.576</u> |
| Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação) | <u>0,096624</u> |
| Dividendos distribuídos | <u>20.358</u> |
| Juros sobre o capital próprio - JCP | 4.774 |
| (-) IRRF sobre juros sobre o capital próprio - JCP | <u>(556)</u> |
| Juros sobre o capital próprio - JCP líquidos de IRRF | <u>4.218</u> |
| Saldo de dividendos a pagar | <u>-</u> |

Conforme a Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, os seguintes dividendos estão sendo propostos pela Administração.

| | |
|---|------------------------|
| | <u>31.12.20</u> |
| Dividendos adicionais propostos | <u>24.576</u> |
| Total de dividendos adicionais propostos por ação ordinária (R\$ por ação) | <u>0,096624</u> |

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O lucro líquido do exercício 2020 foi de R\$ 92.761 mil, que ajustado pela redução da reserva legal, realização da reserva de ativos biológicos, de ajustes de avaliação patrimonial (realização custo atribuído) e prejuízo de anos anteriores, constitui lucro base para distribuição de dividendos no valor de R\$ 98.302 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos adicionais

| | Ações ordinárias | Ações Preferenciais | Montante Global | Deliberação |
|-----------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Total dos dividendos | R\$ 24.576 mil | - | R\$ 24.576 mil | A ser deliberado em AGO |
| Dividendos por ação | 0,096624 | - | | |

Dividendos obrigatórios

| | Ações ordinárias | Ações Preferenciais | Montante Global | Deliberação |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| Dividendos intercalares | R\$ 10.362 mil | - | R\$ 10.362 mil | RCA 01.03.2021 |
| Dividendos por ação | 0,040738 | - | | |
| Dividendos intercalares | R\$ 5.634 mil | R\$ 242 mil | R\$ 5.876 mil | RCA 12.11.2020 |
| Dividendos por ação | 0,02310 | 0,02310 | | |
| Total dos JCP | R\$ 4.045 mil | R\$ 173 mil | R\$ 4.218 mil | RCA 20.08.2020 |
| JCP por ação | 0,015954 | 0,015954 | | |
| Dividendos intercalares | R\$ 3.951 mil | R\$ 169 mil | R\$ 4.120 mil | RCA 20.08.2020 |
| Dividendos por ação | 0,016199 | 0,016199 | | |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Está sendo proposta a distribuição de 50% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado nos termos da lei 6.404/76. A Companhia já distribuiu de forma antecipada 25% de dividendos mínimos obrigatórios, e está propondo a distribuição de 25% de dividendos adicionais, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de agosto de 2020.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores em 2020.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

| | Ações ordinárias | Montante Global |
|----------------------|------------------|-----------------|
| Total dos dividendos | R\$ 24.576 mil | R\$ 24.576 mil |
| Dividendos por ação | 0,096624 | |

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Os dividendos serão pagos aos acionistas até dia 30 de maio de 2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Será 28 de abril de 2021, data da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que irá deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2020 e a distribuição dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

| | Montante Global | Data de pagamento |
|----------------------|-----------------|-------------------|
| Total dos dividendos | R\$ 10.362 mil | 18.03.2021 |
| Total dos dividendos | R\$ 5.876 mil | 04.12.2020 |
| Total dos JCP | R\$ 4.218 mil | 15.09.2020 |
| Total dos dividendos | R\$ 4.120 mil | 15.09.2020 |

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|--------|--------|--------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício (em R\$ mil) | 92.761 | 24.772 | 3.011 |
| Lucro (prejuízo) líquido por ação ON (em R\$) | 0,3647 | 0,1610 | 0,0183 |
| Lucro (prejuízo) líquido por ação PN (em R\$) | - | 0,1610 | 0,0183 |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por competência:

| (em R\$ mil) | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|---------------|----------|--------------|
| Distribuição de dividendos para ações Ordinárias | 44.523 | - | 5.169 |
| Distribuição de dividendos para ações Preferenciais | 411 | - | 351 |
| | <u>44.934</u> | <u>-</u> | <u>5.520</u> |
| Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Ordinárias | 4.045 | - | - |
| Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Preferenciais | 173 | - | - |
| | <u>4.218</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| (em R\$) | 2020 | 2019 | 2018 |
| Dividendos distribuídos por ação Ordinária | 0,176661 | - | 0,033591 |



| | | | |
|--|----------|---|----------|
| Dividendos distribuídos por ação Preferencial | 0,039299 | - | 0,033591 |
| Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Ordinária | 0,015954 | - | - |
| Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Preferencial | 0,015954 | - | - |

JCP: líquido de Imposto de Renda

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

Reserva Legal de R\$ 4.538 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal é calculada conforme art. 193 da Lei 6.404/74 que determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para sua constituição, conforme demonstrado na Proposta da Administração.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido ajustado do exercício, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento). Nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido ajustado é o valor resultante da aplicação das deduções descritas a seguir sobre o lucro líquido do exercício, a saber:

(a) 5% (cinco por cento) à Reserva Legal;

(b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e

(c) importância destinada à formação da reserva de incentivos fiscais.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

O valor do dividendo mínimo obrigatório está sendo distribuído integralmente aos acionistas.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não se aplica, pois os dividendos estão sendo distribuídos integralmente aos acionistas.

- 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**
 a) Informar o montante da retenção; b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica, pois não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira.

- 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:** a) Identificar o montante destinado à reserva; b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; c) Explicar porque a perda foi considerada provável; d) Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de contingência.

- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não houve destinação de resultado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31.12.2020.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não houve destinação de resultado à reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31.12.2020.

- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não se aplica, pois não houve destinação de resultado para reservas estatutárias no exercício social encerrado em 31.12.2020.

- 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a. Identificar o montante da retenção**

Montante destinado à reserva de retenção de lucros: R\$ 48.595 mil.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Informamos abaixo o Orçamento de Capital 2021, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de dezembro de 2020 a ser ratificado na AGO.

Orçamento de Capital 2021

| em R\$ mil | Correntes | Estratégicos | Total |
|------------------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Segmento Embalagem PO | - | 120.179 | 120.179 |
| Segmento Papel para Embalagens | - | 136.615 | 136.615 |
| Verba investimentos correntes | 75.000 | - | 75.000 |
| Total de investimentos 2021 | 75.000 | 256.794 | 331.794 |
| Necessidade de Capital de Giro | 29.584 | | 29.584 |



Estes investimentos serão realizados por meio de recursos próprios (gerados com a atividade operacional durante o exercício) e recursos financiados, conforme descrito abaixo.

Quadro resumo de fontes e usos

| em R\$ mil | Correntes | % | Estratégicos | % | Total | % |
|----------------------|------------------|-------------|---------------------|-------------|----------------|-------------|
| Recursos Financiados | - | - | 196.390 | 77% | 196.390 | 59% |
| Recursos Próprios | 75.000 | 100% | 60.404 | 33% | 135.404 | 41% |
| Total | 75.000 | 100% | 256.794 | 100% | 331.794 | 100% |

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a) Informar o montante destinado à reserva; b) Explicar a natureza da destinação.

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

*_*_*

III. DELIBERAÇÃO SOBRE A FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fixação do número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dessa forma, a Administração da Companhia propõe que seja fixado para o Conselho de Administração o número de 5 (cinco) membros.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária ou por procedimento de voto múltiplo, sendo admitida ainda a eleição em separado por acionistas minoritários. Segue abaixo a descrição do número de membros do Conselho de Administração considerando cada uma das possíveis modalidades de votação:

i) Votação majoritária: Caso seja adotado o procedimento do voto majoritário, as chapas deverão ser compostas por 5 (cinco) membros.

ii) Voto múltiplo: Caso seja adotado o procedimento do voto múltiplo, os membros do Conselho de Administração serão votados individualmente, não sendo usado o sistema de chapas. Nesse caso, o Conselho de Administração também será composto por 5 (cinco) membros.

iii) Voto separado: Caso os acionistas não controladores exerçam o direito de eleição em separado, o Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros, sendo apresentada pela Administração uma nova chapa contendo 4 (quatro) conselheiros, de modo que 1 (um) conselheiro seja eleito por voto separado.

iv) Cumulação de voto múltiplo e voto separado: Caso seja adotado o procedimento de voto múltiplo cumulado com o procedimento de voto separado, 4 (quatro) membros do Conselho de Administração serão eleitos por voto múltiplo e 1 (um) membro será eleito por voto separado.

IV. DELIBERAR SOBRE A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao Art. 10 da Instrução CVM 481/09, apresentamos as informações requeridas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos indicados à reeleição para o Conselho de Administração.

Os dados abaixo se referem aos membros atuais do Conselho de Administração, que estão à disposição dos acionistas para eventual reeleição.

12.5 Administradores e membros do Conselho Fiscal:

Membros do Conselho de Administração:

| a) Nome | b) Data de nascimento | c) Profissão | d) CPF | e) Cargo | f) Data de eleição | g) Data da posse | h) Prazo do Mandato | i) Outros cargos exercidos | j) Eleito pelo Controlador | k) Membro Independente |
|-------------------------|-----------------------|---------------------|----------------|--|---|------------------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------------|------------------------|
| Péricles Pereira Druck | 18/07/1965 | Engenheiro Agrônomo | 432.252.410-91 | Presidente do Conselho de Administração | A ser eleito em 28.04.2021, em Assembleia Geral Ordinária | A ser definido em Assembleia Geral | 02 anos | n/a | Sim | Não |
| Eurito de Freitas Druck | 11/06/1944 | Diretor de Empresa | 032.111.427-20 | Vice Presidente do Conselho de Administração | A ser eleito em 28.04.2021, em Assembleia Geral Ordinária | A ser definido em Assembleia Geral | 02 anos | n/a | Sim | Não |



| | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|------------|---------------------------|----------------|------------------------------------|---|------------------------------------|---------|-----|-----|-----|
| Paulo Sergio Viana Mallmann | 28/09/1955 | Advogado | 228.565.950-49 | Conselheiro (Efetivo) | A ser eleito em 28.04.2021, em Assembleia Geral Ordinária | A ser definido em Assembleia Geral | 02 anos | n/a | Sim | Não |
| Paulo Iserhard | 24/09/1955 | Engenheiro Mecânico | 184.832.910-53 | Conselheiro Independente (Efetivo) | A ser eleito em 28.04.2021, em Assembleia Geral Ordinária | A ser definido em Assembleia Geral | 02 anos | n/a | Sim | Sim |
| Roberto Faldini | 06.09.1948 | Administrador de empresas | 070.206.438-68 | Conselheiro Independente (Efetivo) | A ser eleito em 28.04.2021, em Assembleia Geral Ordinária | A ser definido em Assembleia Geral | 02 anos | n/a | Sim | Sim |

Não há conselho fiscal constituído, nem candidatos a membro do conselho de administração na qualidade de suplentes.

I) Número de mandatos consecutivos

| Membro do Conselho de Administração | Mandatos consecutivos* |
|-------------------------------------|------------------------|
| Péricles Pereira Druck | 6 |
| Eurito de Freitas Druck | 6 |
| Paulo Sergio Viana Mallmann | 6 |
| Paulo Iserhard | 3 |
| Roberto Faldini | 2 |

*Número de mandatos consecutivos nos últimos 10 anos.

m) Currículos dos Membros do Conselho de Administração indicados à reeleição.
Conselho de Administração:

Eurito de Freitas Druck, diretor de empresas, Diretor da Companhia Comercial de Imóveis e da Ciacoí – Administração de Imóveis Ltda., membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração de diversas empresas e atualmente Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações, Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Irani Papel e Embalagem S.A., Hotel Laje de Pedra S.A., Habitasul Florestal S.A., HGE – Geração de Energia Sustentável S.A. e Irani Participações S.A.

O Sr. Eurito de Freitas Druck declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Péricles Pereira Druck, engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduado no Owner President Management Program na Harvard Business School; INSEAD-IEL-NC Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais Programme, Fontainebleau – França; Industrial Marketing Management, pela Escola de Marketing Industrial; e Conselheiro Trendsinnovation no Programa Conselheiro Trendsinnovation da INOVA BUSINESS SCHOOL. É membro do YPO - Young Presidents' Organization, desde 2003. Iniciou no Grupo Habitasul em 1995, representando o Acionista Controlador junto à Diretoria Estatutária da Irani Papel e Embalagem S.A. e, em 15/01/1999, passou a integrar a equipe diretiva da Irani Papel e Embalagem S.A., passando por várias áreas de responsabilidade. Em 29/04/2002, foi indicado Diretor Superintendente, em 02/05/2013 passou a atuar como Diretor Presidente, até julho de 2017, quando então passou a presidir o Conselho de Administração da IRANI Papel e Embalagem S.A.. Em abril de 1997, passou a atuar como membro do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações, tendo assumido a presidência do órgão em 19/07/2017. Atua também como Presidente do Conselho nas controladas da Companhia, Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Hotel Laje de Pedra S.A.,

e Irani Participações S.A. De junho de 2017 a abril de 2019, ocupou o cargo de Diretor Presidente da Companhia Habitasul de Participações.

O Sr. Péricles Pereira Druck declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Sérgio Viana Mallmann, advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito da Economia e dos Negócios pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Foi Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Conselheiro de Administração Suplente da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização. É sócio da LOF Consultoria Imobiliária Ltda, consultor jurídico de Baptista Mallmann Advogados Associados e membro do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações e da Irani Papel e Embalagem S.A.

O Sr. Paulo Sérgio Viana Mallmann declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Iserhard, Engenheiro Mecânico, com especialização em marketing (Kellogg School of Management – Northwestern University – EEUU) e em Gestão Geral (INSEAD-França), foi Diretor Presidente da Kepler Weber S.A., Diretor Geral da Condor S.A., Diretor Geral da Medabil S.A. e Vice-Presidente da Rigesa Ltda. Foi Conselheiro de diversas empresas e atualmente é Conselheiro da Companhia Habitasul de Participação, da Irani Papel e Embalagem S.A., da Lwart Participações e Empreendimentos Ltda., da Kemin South America, da Alliage SA e da GG Participações SA. É membro da YPO, do Instituto de Marketing Industrial e do Future Advisory Board e Coordenador do Programa Conselheiro Trendsinnovation da INOVA BUSINESS SCHOOL.

O Sr. Paulo Iserhard declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Paulo Iserhard é considerado “conselheiro independente” de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Roberto Faldini, é atualmente membro independente do Conselho de Administração da Companhia, empresário, Administrador de Empresas, Mediador, Palestrante e Consultor na Área de Governança Corporativa, formado em Administração de Empresas pela EAESP - FGV em 1972, com especialização em Gestão Avançada na Fundação Dom Cabral e INSEAD - Fontainebleau – França em 1991; em Empreendedorismo na Babson College - Boston – USA em 2004; em Governança Corporativa – Corporate Governance Board Leadership - TOT – Training of Trainers na IFC – IBGC

em 2009, 2011, 2013 e 2016; Foi Cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em varias de suas comissões. Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC em 2013. Participa de Conselhos de Administração de diversas empresas e de organizações sem fins lucrativos. E membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Foi durante 20 anos diretor executivo, acionista e membro do Conselho da Metal Leve SA, e Presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 1992, responsável na época do seu mandato pelo lançamento pioneiro das ADRs da Aracruz na Bolsa de Nova York. Foi coordenador por 5 anos, no período de 2002 a 2007, em São Paulo, do PDA do Núcleo das Empresas familiares da FDC - Fundação Dom Cabral. Foi Co-autor do livro “A dimensão Humana da Governança Corporativa”, de Herbert Steinberg (Ed. Gente, 2003) e escreveu diversos artigos para revistas e jornais. Foi Coordenador e Coautor do Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa para Empresas de Capital Fechado do IBGC, lançado em dezembro de 2014 em SP e janeiro de 2105 em Lisboa, Portugal. Também foi coautor do caderno do IBGC “O papel do Conselho na Estratégia das Organizações” lançado em novembro de 2017.

O Sr. Roberto Faldini declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Roberto Faldini é considerado “conselheiro independente” de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrada, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração indicados a reeleição nos últimos 5 (cinco) anos.



12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

| Membro do Conselho de Administração | Percentual de participação nas reuniões no 2020 |
|-------------------------------------|---|
| Péricles Pereira Druck | 100% |
| Eurito de Freitas Druck | 100% |
| Paulo Sergio Viana Mallmann | 100% |
| Paulo Iserhard | 100% |
| Roberto Faldini | 98% |

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável para fins desta proposta da administração.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável para fins desta proposta da administração.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) administradores da Companhia

Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.

O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio e o Sr. Péricles Pereira Druck é irmão da Sra. Andrea Pereira Druck, que é membro do comitê de pessoas.

b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Alguns administradores da Companhia são também administradores em suas controladas, conforme segue:

Habitasul Florestal S.A.: O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.

HGE – Geração de Energia Sustentável S.A.: O Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Péricles Pereira Druck.

c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Os Srs. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores da controladora direta, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis.

d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Os Srs. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores da controladora direta, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis.



12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

O Sr. Péricles Pereira Druck é também administrador das sociedades controladas da Companhia, conforme descrito acima no item 12.9 b). Não há outras relações além das descritas no item 12.9 b).

b) controlador direto ou indireto da Companhia

O Sr. Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores do controlador direto, Irani Participações S.A. O Sr. Eurito de Freitas Druck também é administrador da Companhia Comercial de Imóveis, controlador indireto.

O Sr. Paulo Sérgio Viana Mallmann, O Sr. Paulo Iserhard e o Sr. Roberto Faldini, conselheiros da Companhia, também não conselheiros da Companhia Habitasul de Participações, sociedade sob controle comum.

Não há outras relações além das descritas no item 12.9 b).

c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes

O administrador da Companhia, Sr, Eurito de Freitas Druck também é administrador da empresa Irani Participações S.A., fornecedora de serviços da Companhia.

Existem operações de compra e venda de mercadorias e serviços entre a Companhia e suas controladas cujos administradores estão informados no item 12.9 b).

Não existem outras relações consideradas relevantes pela Administração.

V. DELIBERAR SOBRE A FIXAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Em cumprimento ao artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17.12.2009, apresentamos as informações previstas no item 13 do Formulário de Referência, relativo à Proposta de Remuneração dos Administradores.

Proposta para a remuneração anual global da Administração:

- R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais)

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, para período de Janeiro a Dezembro de 2021 (sem o INSS atribuído à Companhia) e compreende: i) honorários fixos e benefícios, ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas.

A variação da proposta atual, no montante de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), em relação à proposta do exercício anterior, no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), se refere à atualização da remuneração dos administradores aos níveis de mercado, e devido a implementação dos comitês remunerados durante todo o exercício.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conselho de Administração

A prática de remuneração do Conselho de Administração está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:

- i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria Estatutária está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:

- i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Conselho Fiscal

Não possuímos Conselho Fiscal instalado atualmente. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores.

Comitês

A prática de remuneração dos membros dos comitês está embasada (i) nas responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado. Buscando, ainda:

- i) alinhar os interesses dos membros dos Comitês aos da administração da Companhia e dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos membros dos Comitês;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento; e
- iv) atrair, reter e motivar os administradores.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração dos membros do Conselho de Administração

A presidência do Conselho de Administração fará jus a uma remuneração anual, paga nos mesmos prazos, pelo menos 10% (dez por cento) superior à do Diretor Presidente da Companhia, o que inclui remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, bem como os mesmos benefícios atribuídos ao Diretor Presidente.

A vice-presidência do Conselho de Administração fará jus a uma remuneração anual global equivalente a 15% (quinze por cento) da remuneração do presidente do Conselho de Administração incluindo remunerações de curto e longo prazo.

A remuneração fixa dos demais membros do Conselho de Administração será definida com base (i) nas melhores práticas de mercado, (ii) na experiência do membro eleito e (iii) no tempo de dedicação de cada Conselheiro.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração fazem jus aos benefícios de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e carro.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração terão remuneração variável de curto prazo (bônus trimestral). A remuneração variável de curto prazo, atribuída ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, que poderá equivaler a até 12 (doze) remunerações fixas mensais, será paga trimestralmente e será vinculada a indicadores de desempenho econômico e financeiro da Companhia, tais como: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC, além de desempenho individual, dentre outros, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração.

Todos os membros do Conselho de Administração poderão receber remuneração variável de longo prazo (upside e/ou participação nos lucros estatutariamente previstos). Tal remuneração variável tem como premissas o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos conselheiros e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, e será vinculada a variação do valor da ação da Companhia. A remuneração variável de longo prazo será aprovada pelo Conselho de Administração em documento específico contendo todos os mecanismos de remuneração desta natureza e utilizará a provisão de Participação dos Administradores no Lucro da Companhia, conforme art. 24 do Estatuto Social. Não está inclusa, portanto, na Remuneração Global dos Administradores.

Remuneração dos membros da Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária será definida com base (i) na experiência do membro eleito e (ii) em pesquisa de mercado a ser realizada anualmente.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus aos benefícios de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e carro.

Os membros da Diretoria Estatutária terão remuneração variável de curto prazo (bônus trimestral). A remuneração variável de curto prazo, que poderá equivaler a até 12 (doze) remunerações fixas mensais, será paga trimestralmente e será vinculada a indicadores de desempenho econômico e financeiro da Companhia, tais como: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC, além de desempenho individual, dentre outros, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração.

Todos os membros da Diretoria Estatutária terão remuneração variável de longo prazo (upside e/ou participação nos lucros estatutariamente previstos). Tal remuneração variável tem como premissas o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada

participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos executivos e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, incluindo remuneração fixa e variável, e será vinculada a variação do valor da ação da Companhia. A remuneração variável de longo prazo será aprovada pelo Conselho de Administração em documento específico contendo todos os mecanismos de remuneração desta natureza e utilizará a provisão de Participação dos Administradores no Lucro da Companhia, conforme art. 24 do Estatuto Social. Não está incluída, portanto, na Remuneração Global dos Administradores.

Comitês

A remuneração fixa dos membros dos Comitês de assessoramento é definida pelo Conselho de Administração. Os Conselheiros de Administração receberão remuneração adicional por sua participação em Comitês e/ou outros órgãos de assessoramento da Companhia em função da sua experiência e tempo de dedicação nos respectivos Comitês. Não serão atribuídos remuneração variável ou benefícios aos membros dos Comitês de assessoramento.

Conselho Fiscal

Conforme o art. 15 do Estatuto Social, parágrafo único, o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá sua remuneração fixada pela Assembleia Geral, de acordo com o parágrafo 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e deverá observar os critérios estabelecidos na Política de Remuneração da Companhia.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

| 2020 | Remuneração Fixa | | | Remuneração Variável | | Total |
|---------------------------|-------------------|------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|-------|
| | Honorários Fixos* | Benefícios | Participação em Comitês | Bônus Trimestral | Participação nos Lucros | |
| Conselho de Administração | 51,13% | 7,78% | 4,68% | 36,41% | 0,00% | 100% |
| Diretoria Estatutária | 22,10% | 2,91% | 0,00% | 19,17% | 55,72% | 100% |

| 2019 | Remuneração Fixa | | | Remuneração Variável | | Total |
|---------------------------|-------------------|------------|------------------|-------------------------|------|-------|
| | Honorários Fixos* | Benefícios | Bônus Trimestral | Participação nos Lucros | | |
| Conselho de Administração | 61,73% | 8,31% | 29,96% | 0,00% | 100% | |

| | | | | | |
|-----------------------|--------|-------|--------|-------|------|
| Diretoria Estatutária | 40,58% | 4,78% | 54,64% | 0,00% | 100% |
|-----------------------|--------|-------|--------|-------|------|

| 2018 | Remuneração Fixa | | Remuneração Variável | | Total |
|---------------------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------------|-------|
| | Honorários Fixos* | Benefícios | Bônus Trimestral | Participação nos Lucros | |
| Conselho de Administração | 54,64% | 6,63% | 38,73% | 0,00% | 100% |
| Diretoria Estatutária | 51,93% | 4,81% | 43,26% | 0,00% | 100% |

* Considerado "Honorários Fixos" somente a parcela bruta atribuída à Administração, sem o INSS atribuído à Companhia.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração são determinados em função das melhores práticas de mercado e o reajuste é feito em função das variações observadas no mercado para cada função.

A Companhia realiza pesquisa anual de remuneração em empresas com características similares a da Companhia a fim de comparar e analisar a competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado, e subsidiar necessidades de eventuais reajustes.

Diretoria Estatutária

Os elementos da remuneração e os reajustes são determinados em função das melhores práticas de mercado e com base em pesquisas salariais para cargos de responsabilidades similares, considerando a estratégia de posicionamentos da Companhia, bem como outros fatores como desempenho individual, experiência e maturidade de cada executivo.

A Companhia tem contratada a consultoria da Korn Ferry para realizar pesquisa anual de remuneração em empresas com características similares a da Companhia a fim de comparar e analisar a competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado, e subsidiar necessidades de eventuais reajustes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa mensal dos administradores e dos membros dos Comitês, que inclui os benefícios (exceto para membros dos Comitês), leva em consideração a experiência, o tempo de dedicação, a qualidade e representatividade dos serviços prestados. (i) as responsabilidades de seus membros, considerando os cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado às suas

funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços no mercado.

A Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus trimestral é determinada em função do atingimento das metas de curto prazo da Companhia. Busca remunerar a dedicação e o envolvimento do presidente e do vice-presidente do Conselho de Administração na gestão da Companhia e focar os diretores executivos na conquista dos resultados de curto prazo da Companhia.

A Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos busca remunerar a dedicação e o envolvimento dos membros do Conselho de Administração nos planos de longo prazo da Companhia e, em relação aos Diretores, busca remunerar a dedicação, o comprometimento e compartilhar os resultados de longo prazo conquistados pela Companhia.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração Fixa e Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: os principais indicadores de desempenho econômicos e financeiros da Companhia utilizados são: lucro líquido, EBITDA, fluxo de caixa livre, ROE, ROIC, além de desempenho individual, dentre outros, conforme aprovação anual pelo Conselho de Administração;

Incentivos de Longo Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados são: o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de *lock up*.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Incentivos de Curto Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado trimestralmente e anualmente. Para cada indicador de desempenho é atribuído um peso e três faixas de atingimento das metas que são: Incentivo, Objetivo e Superação, sendo que cada uma das faixas corresponde a um percentual de premiação. O objetivo corresponde a 100% do alcance das metas. Caso as metas sejam superadas, a premiação cresce até o limite de 150% do Objetivo. Existe uma faixa de tolerância abaixo das metas, até um mínimo, como Incentivo, onde a premiação atinge o limite de 50% do Objetivo e abaixo disso não há premiação.

Incentivos de Longo Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado a fim de verificar a evolução do do valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e será paga após observado um período de lock up. Seu objetivo é reforçar a retenção dos conselheiros e alinhar os interesses com os dos acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. A remuneração variável de longo prazo equivalerá a até 80% da remuneração anual, e será vinculada a variação do valor da ação da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Por meio da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento e o seu plano de negócios.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia receberam remuneração fixa de Irani Participações S.A. e Companhia Comercial de Imóveis, controladores diretos e indiretos em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas. Para mais informações, vide item 13.15 anexo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 180.000,00 foram pagos a membros do conselho de administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 180.000,00 foram pagos a membros do conselho de administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 180.000,00 foram pagos a membros do conselho de administração pela Companhia Comercial de Imóveis e R\$ 18.000,00 foram pagos pela Irani Participações S.A.

Não há remuneração suportada por subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

- i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;
- iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

Anualmente o Conselho de Administração avalia a remuneração dos Administradores da Companhia. A remuneração da Diretoria é determinada com base na metodologia da consultoria Korn Ferry, que leva em consideração a complexidade dos cargos e a remuneração de Mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada em função do tempo de dedicação mensal à empresa de cada um de seus membros. A remuneração dos membros dos Comitês é determinada em função da sua experiência e tempo de dedicação nos respectivos Comitês.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há Conselho Fiscal constituído.

Remuneração –previsto para o exercício social corrente (2021)

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|----------------------|
| Número total de Membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Remuneração Fixa Anual | 3.212.517,24 | 4.867.743,58 | 8.080.260,82 |
| Salário / Pró-labore | 2.516.517,24 | 4.337.743,58 | 6.854.260,82 |
| Benefícios diretos e indiretos | 360.000,00 | 530.000,00 | 890.000,00 |
| Participação em Comitês | 336.000,00 | n/a | 336.000,00 |
| Outros | n/a | n/a | n/a |
| Remuneração Variável | 1.289.235,92 | 15.892.266,51 | 17.181.502,43 |
| Bônus | 1.289.235,92 | 2.696.266,51 | 3.985.502,43 |
| Participação nos resultados* | 0,00 | 13.196.000,00 | 13.196.000,00 |
| Participação em Reuniões | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A |

| | | | |
|--|---|---------------|---------------|
| Remuneração baseada em ações, incluindo opções | N/A | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 4.501.753,16 | 20.760.010,09 | 25.261.763,25 |
| Observação | <p>A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, verificado a cada três anos, de acordo com os critérios do programa de Remuneração Variável de Longo Prazo. Essa participação não está incluída na remuneração global dos administradores aprovada anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da Lei das S.A.</p> <p>O Conselho de Administração aprovou um programa de Upside 2019-2021 para a Diretoria. O Conselho de Administração não participa deste programa. A participação dos administradores é destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada ano para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside. O valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior ao efetivamente apurado. Caso a provisão de participação seja maior, o saldo será mantido para fazer frente a programas futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração. Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente será lançado como despesa na demonstração de resultados.</p> <p>O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.</p> | | |

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2020

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|------------------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|
| Número total de Membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Remuneração Fixa Anual | 2.930.490,66 | 4.526.622,33 | 7.457.112,99 |
| Salário / Pró-labore | 2.356.232,24 | 4.000.754,92 | 6.356.987,16 |
| Benefícios diretos e indiretos | 358.558,42 | 525.867,41 | 884.425,83 |
| Participação em Comitês | 215.700,00 | n/a | 215.700,00 |
| Outros | n/a | n/a | n/a |
| Remuneração Variável | 1.677.726,28 | 13.572.642,75 | 15.250.369,03 |
| Bônus | 1.677.726,28 | 3.487.259,90 | 5.164.986,18 |
| Participação nos resultados* | 0,00 | 10.085.382,85 | 10.085.382,85 |
| Participação em Reuniões | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A |

| | | | |
|--|---|----------------------|----------------------|
| Outros | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações, incluindo opções | N/A | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 4.608.216,94 | 18.099.265,08 | 22.707.482,02 |
| Observação | <p>A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, verificado a cada três anos, de acordo com os critérios do programa de Remuneração Variável de Longo Prazo. Essa participação não está incluída na remuneração global dos administradores aprovada anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da Lei das S.A.</p> <p>O Conselho de Administração aprovou um programa de Upside 2019-2021 para a Diretoria. O Conselho de Administração não participa deste programa. A participação dos administradores é destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada ano para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside. O valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior ao efetivamente apurado. Caso a provisão de participação seja maior, o saldo será mantido para fazer frente a programas futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração. Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente será lançado como despesa na demonstração de resultados.</p> <p>O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.</p> | | |

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2019

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|---------------------|
| Número total de Membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Remuneração Fixa Anual | 2.672.396,23 | 4.299.600,10 | 6.971.996,33 |
| Salário / Pró-labore | 2.355.332,24 | 3.846.247,06 | 6.201.579,30 |
| Benefícios diretos e indiretos | 317.063,99 | 453.353,04 | 770.417,03 |

| | | | |
|--|---|---------------------|---------------------|
| Participação em Comitês | n/a | n/a | n/a |
| Outros | n/a | n/a | n/a |
| Remuneração Variável | 1.143.190,56 | 5.179.200,79 | 6.322.391,35 |
| Bônus | 1.143.190,56 | 5.179.200,79 | 6.322.391,35 |
| Participação nos resultados* | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em Reuniões | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações, incluindo opções | N/A | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 3.815.586,79 | 9.478.800,89 | 13.294.387,68 |
| Observação | <p>A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, verificado a cada três anos, de acordo com os critérios do programa de Remuneração Variável de Longo Prazo. Essa participação não está incluída na remuneração global dos administradores aprovada anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da Lei das S.A.</p> <p>O Conselho de Administração aprovou um programa de Upside 2019-2021 para a Diretoria. O Conselho de Administração não participa deste programa. A participação dos administradores é destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada ano para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside. O valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior ao efetivamente apurado. Caso a provisão de participação seja maior, o saldo será mantido para fazer frente a programas futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração. Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente será lançado como despesa na demonstração de resultados.</p> <p>O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.</p> | | |

Remuneração – exercício social encerrado em 31.12.2018

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---|------------------------------|----------------------|
| Número de Membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Remuneração Fixa Anual | 2.541.633,51 | 3.909.061,59 | 6.450.695,10 |
| Salário / Pró-labore | 2.266.512,96 | 3.577.367,04 | 5.843.880,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | 275.120,55 | 331.694,55 | 606.815,10 |
| Participação em Comitês | n/a | n/a | n/a |
| Outros | 453.302,59 | 715.473,41 | 1.168.776,00 |
| Remuneração Variável | 1.606.359,92 | 2.980.016,44 | 4.586.376,36 |
| Bônus | 1.606.359,92 | 2.980.016,44 | 4.586.376,36 |
| Participação nos resultados* | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação em Reuniões | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações, incluindo opções | N/A | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 4.147.993,43 | 6.889.078,03 | 11.037.071,46 |
| Observação | <p>A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, verificado a cada três anos, de acordo com os critérios do programa de Remuneração Variável de Longo Prazo. Essa participação não está incluída na remuneração global dos administradores aprovada anualmente nos termos dos artigos 152, §1º e 190, caput, da Lei das S.A.</p> <p>O Conselho de Administração aprovou um programa de Upside 2019-2021 para a Diretoria. O Conselho de Administração não participa deste programa. A participação dos administradores é destacada equivalente a 10% do Lucro Líquido de cada ano para fazer frente ao pagamento deste programa de Upside. O valor da provisão de 10% pode ser superior ou inferior ao efetivamente apurado. Caso a</p> | | |



| | |
|--|--|
| | <p>provisão de participação seja maior, o saldo será mantido para fazer frente a programas futuros a serem aprovados pelo Conselho de Administração. Caso a provisão seja menor, o valor a pagar excedente será lançado como despesa na demonstração de resultados.</p> <p>O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°01/2021.</p> |
|--|--|

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

Não há Conselho Fiscal constituído.

Remuneração variável – previsto para o exercício social corrente (2021)

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|---------------|
| Número total de membros | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Bônus | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 1.933.853,88 | 4.040.399,77 | 5.978.253,65 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 1.289.235,92 | 2.696.266,51 | 3.985.502,43 |
| Participação nos resultados | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 13.196.000,00 | 13.196.000,00 |

Remuneração variável –exercício social encerrado em 31.12.2020

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Número total de membros | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Bônus | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 1.933.853,88 | 3.903.079,35 | 5.836.933,23 |

| | | | |
|---|--------------|---------------|---------------|
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 1.289.235,92 | 2.602.052,90 | 3.891.288,82 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 1.677.726,28 | 3.487.259,90 | 5.164.986,18 |
| Participação nos resultados | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 10.085.382,85 | 10.085.382,85 |

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2019

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Número total de membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Bônus | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 1.933.853,88 | 3.607.710,19 | 5.541.564,07 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 1.289.235,92 | 2.405.140,13 | 3.694.376,04 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 1.143.190,56 | 5.179.200,79 | 6.322.391,35 |
| Participação nos resultados | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2018

| (em R\$, exceto número de membros) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-------|
| Número total de membros | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Número de membros remunerados | 5,00 | 5,00 | 10,00 |
| Bônus | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |

| | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 3.473.320,27 | 1.846.616,75 | 5.319.937,02 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 2.315.546,85 | 1.231.077,83 | 3.546.624,68 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 1.606.359,92 | 2.980.016,44 | 4.586.376,36 |
| Participação nos resultados | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a) termos e condições gerais; b) principais objetivos do plano; c) forma como o plano contribui para esses objetivos; d) como o plano se insere na política de remuneração da companhia; e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo; f) número máximo de ações abrangidas; g) número máximo de opções a serem outorgadas; h) condições de aquisição de ações; i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j) critérios para fixação do prazo de exercício; k) forma de liquidação; l) restrições à transferência das ações; m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária em vigor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i) data de outorga, ii) quantidade de opções outorgadas, iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis, iv) prazo máximo para exercício das opções, v) prazo de restrição à transferência das ações, vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social, expiradas durante o exercício social; e) valor justo das opções na data de outorga; f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não houve remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária reconhecida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, nem prevista para o exercício social em curso.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação às opções ainda não exercíveis: i) quantidade; ii) data em que se tornarão exercíveis; iii) prazo máximo para exercício das opções; iv) prazo de restrição à transferência das ações; v) preço médio ponderado de exercício; vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e) em relação às opções exercíveis: i) quantidade; ii) prazo máximo para exercício das opções; iii) prazo de restrição à transferência das ações; iv) preço médio ponderado de exercício; v) valor justo das opções no último dia do exercício social; vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não havia opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação às opções exercidas informar: i) número de ações; ii) preço médio ponderado de exercício; iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e) em relação às ações entregues informar: i) número de ações; ii) preço médio ponderado de aquisição; iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas;

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d) forma de determinação da volatilidade esperada; e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável tendo em vista que não foram reportadas informações nos itens 13.5 a 13.7 acima.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

As participações em ações, quotas e/ou outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos membros da administração da Companhia, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, estão indicadas abaixo:

| Em 31.12.2020 | Emissora - Participação direta | | Emissora - Participação Indireta | | |
|--------------------------------|--|--|--|--|--------------------------|
| | Irani Papel e Embalagem S.A. | | Irani Papel e Embalagem S.A. | | HGE S.A. (controlada) |
| | ON | | ON | | ON |
| Ações detidas pelo: | | | | | |
| Conselho de Administração | 889.636 | | 38.335.278 | | 1 |
| Diretoria Estatutária | 926.091 | | - | | - |
| | | | | | |
| Em 31.12.2020 | Iraflor Comércio de Madeiras Ltda (controlada) | | Irani Geração de Energia Sustentável Ltda (controlada) | | |
| Cotas detidas pelo: | | | | | |
| Conselho de Administração | 3.974 | | 3.055 | | |
| Diretoria Estatutária | - | | - | | |

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) nome do plano; e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f) condições para se aposentar antecipadamente; g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos diretores estatutários.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal

O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°01/2021.

Não há Conselho Fiscal constituído.

Exercício social encerrado em 31.12.2020

| DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------------------|--|--|--|
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2020 | 5,00 | 5,00 | 2.844.607,24 | 1.063.306,52 | 1.602.776,45 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2020 | 5,00 | 5,00 | 3.202.842,25 | 95.767,57 | 900.903,39 |

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2020.

Exercício social encerrado em 31.12.2019

| DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------------------|--|--|--|
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2019 | 5,00 | 5,00 | 3.738.125,06 | 838.361,08 | 1.895.760,18 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2019 | 5,00 | 5,00 | 2.734.817,22 | 62.834,52 | 763.117,36 |

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2019.

Exercício social encerrado em 31.12.2018

| DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------------------|--|--|--|
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2018 | 5,00 | 5,00 | 2.201.893,96 | 859.513,65 | 1.377.815,61 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, exceto número de membros) | | | | | |
| Ano | Número de Membros | Número de membros remunerados | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
| 2018 | 5,00 | 5,00 | 3.080.585,33 | 62.939,68 | 829.598,69 |

O membro do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que detém a maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício encerrado em 31.12.2018.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em casos de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

| ORGÃO | dez/20 | dez/19 | dez/18 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Diretoria Estatutária | 71,57% | 79,53% | 57,68% |
| Conselho de Administração | 100% | 100% | 100% |
| Conselho Fiscal | Não há | Não há | Não há |

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável, visto que não houve valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por outra razão senão a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os valores abaixo foram pagos em decorrência de participações nos Conselhos de Administração e Diretorias Estatutárias dos controladores diretos e indiretos da Companhia.

Não há Conselho Fiscal constituído.

Exercício social 2020

| (em R\$) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Controladas do emissor | - | - | - |
| Controladores diretos e indiretos do emissor | 198.000,00 | 0,00 | 198.000,00 |
| Sociedades sob controle comum | 1.099.049,50 | 250.000,00 | 1.349.049,50 |

Exercício social 2019

| (em R\$) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Controladas do emissor | - | - | - |
| Controladores diretos e indiretos do emissor | 198.000,00 | 0,00 | 198.000,00 |
| Sociedades sob controle comum | 1.091.708,00 | 260.000,00 | 1.351.708,00 |

Exercício social 2018

| (em R\$) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Controladas do emissor | - | - | - |
| Controladores diretos e indiretos do emissor | 198.000,00 | - | 198.000,00 |
| Sociedades sob controle comum | 947.208,00 | 260.000,00 | 1.207.208,00 |

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.